



cim

COMITÊ
INTERMINISTERIAL
SOBRE MUDANÇA
DO CLIMA

Plano Clima 2024-2035

Apresentação institucional

CASA CIVIL

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA





**PLANO
CLIMA
2024-2035**

Contexto



Contexto de emergência climática indica mudanças significativas no Brasil, tais como:



aumento de **temperatura** e de **ondas de calor** em todas as macrorregiões;



aumento de **chuva** anual na região Sul e o de chuva extrema persistente nas regiões Norte, Sudeste e Sul;



aumento da frequência e da duração de **secas** nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste;



aumento de **vento severo** nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul; e



aumento da **temperatura do oceano**, elevação do **nível do mar**, branqueamento dos corais, **ondas de calor** marinhas e **acidificação** do oceano em toda a costa brasileira.

Crescimento da proporção, frequência e magnitude de eventos climáticos extremos e impacto sobre a população

Contexto



Pontos de não retorno para o Brasil:

- **Colapso da Floresta Amazônica:** aquecimento global superior a 1,5°C (em relação ao período pré-industrial) + desmatamento e incêndios florestais; e
- **Extinção de recifes de coral:** perda de 70 a 90% dos recifes de coral rasos com 1,5°C de aquecimento e de 99% atingindo 2°C.



Qual o custo da inação?

- Perda correspondente a 146% do **PIB** do Brasil até 2050;
- Redução significativa nos níveis de **atividade econômica, emprego, produtividade**, entre outros indicadores; e
- Agravamento das **disparidades regionais** diante dos impactos da mudança do clima.

O Plano Clima se apresenta como documento-chave para orientar a política de enfrentamento à mudança do clima no Brasil nos próximos 10 anos.



MITIGAÇÃO



ADAPTAÇÃO



PERDAS E DANOS



QUANTO MAIS RÁPIDA A **REDUÇÃO DAS EMISSÕES** DE GASES DE EFEITO ESTUFA...



... MAIORES AS CHANCES DE **REDUZIR VULNERABILIDADES** E **AUMENTAR A RESILIÊNCIA**...



... E **MENORES OS IMPACTOS** DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS

Conhecendo o Plano Clima

Amparo legal



Marcos normativos nacionais

CF 1988

Estabelece o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o dever do Poder Público e da coletividade de protegê-lo e preservá-lo (art. 225).

PNMC (Lei nº 12.187/2009)

Estabelece o Plano Clima como instrumento para reduzir os efeitos adversos da mudança do clima e a vulnerabilidade dos sistemas ambiental, social e econômico.

CIM (Decreto nº 11.550/2023)

Restauração do CIM e fortalecimento da governança climática nacional.

Resolução CIM nº 3/2023

Aprova **estrutura do Plano Clima 2024-2035**. Institui GTs para elaboração dos eixos de **Adaptação e Mitigação**.

Resolução SUBEX/CIM nº 4/2025

Instituição dos GTs para elaboração do **eixo das Estratégias Transversais** para Ação Climática do Plano Clima 2024-2035.

Em 2024, o Brasil estabeleceu nova meta para redução de emissões em sua nova **Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC)**, no âmbito do **Acordo de Paris**.





Estratégia Nacional de Mitigação

Planos Setoriais de Mitigação

- 1 Mudanças do Uso da Terra em Áreas Públicas e Territórios Coletivos
- 2 Mudanças do Uso da Terra em Áreas Rurais Privadas
- 3 Agricultura e Pecuária
- 4 Energia
- 5 Transportes
- 6 Cidades
- 7 Indústria
- 8 Resíduos Sólidos e Efluentes Domésticos



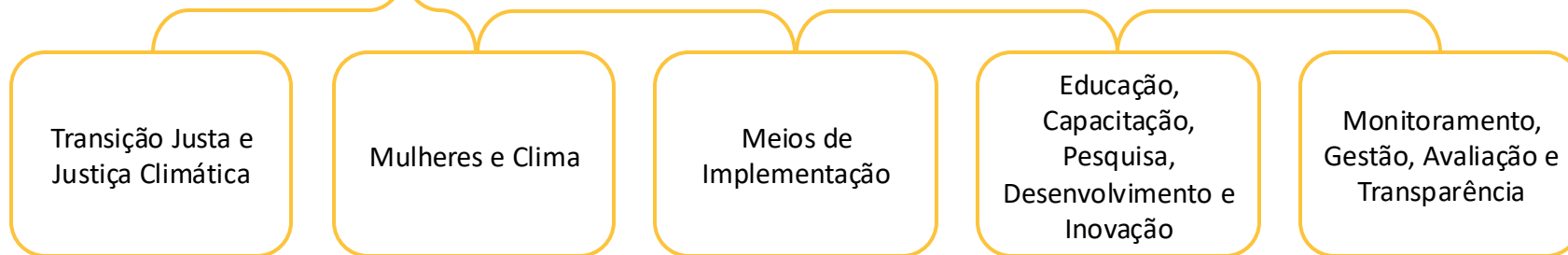
Estratégia Nacional de Adaptação

Planos Setoriais e Temáticos de Adaptação

- 1 Agricultura e Pecuária
- 2 Agricultura Familiar
- 3 Biodiversidade
- 4 Cidades
- 5 Energia
- 6 Igualdade Racial e Combate ao Racismo
- 7 Indústria e Mineração
- 8 Oceano e Zona Costeira
- 9 Povos e Comunidades Tradicionais
- 10 Povos Indígenas
- 11 Recursos Hídricos
- 12 Redução e Gestão de Riscos e de Desastres
- 13 Saúde
- 14 Segurança Alimentar e Nutricional
- 15 Transportes
- 16 Turismo



Estratégias Transversais para Ação Climática





PPA
2024-2027



PPA
2028-2031



PPA
2032-2035



PLANO CLIMA
2024-2035

Visão

O Plano Clima coloca o Brasil na trajetória de ser um **país resiliente, sustentável, seguro, justo e desenvolvido**, com os governos, sociedade civil, setor privado e comunidade científica engajados diante da emergência climática.

Objetivo Geral

O objetivo geral do Plano Clima é orientar, promover e catalisar ações coordenadas que visem à **transição para uma economia com emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2050** e à **adaptação de sistemas humanos e naturais, por meio de estratégias de curto, médio e longo prazo**, à luz do **desenvolvimento sustentável** e da **justiça climática**.

Princípios

Constituição Federal de 1988
Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC (Lei nº 12.187/2009)
Compromissos internacionais – UNFCCC (Acordo de Paris e as NDC do Brasil) e
Agenda 2030 (17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS)

Plano Clima Participativo

Consulta Pública do Plano Clima Adaptação e Mitigação por meio da Plataforma Brasil Participativo



1ª ETAPA



2ª e 3ª ETAPA



4ª e 5ª ETAPA

Propostas da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (5ª CNMA)




Consulta Pública das Estratégias Transversais para Ação Climática por meio da Plataforma Brasil Participativo




Transição Justa e Justiça Climática (ETTJ)

Consulta pública
10/nov a 25/dez

 **126**
Contribuições

 **33%**
Incorporadas integralmente


 **16%**
Incorporadas parcialmente




Mulheres e Clima (ETMC)

Consulta pública
15/dez a 15/jan

 **43**
Contribuições

 **12%**
Incorporadas integralmente


 **49%**
Incorporadas parcialmente




Meios de Implementação (ETMI)

Consulta pública
10/nov a 25/dez

 **137**
Contribuições

 **24%**
Incorporadas integralmente


 **6%**
Incorporadas parcialmente




Educação, Capacitação, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (ET-ECAPI)

Consulta pública
10/nov a 25/dez

 **54**
Contribuições

 **59%**
Incorporadas total ou parcialmente


 **18**
contribuições da SECOM/PR




Monitoramento, Gestão, Avaliação e Transparência (ET-MGAT)

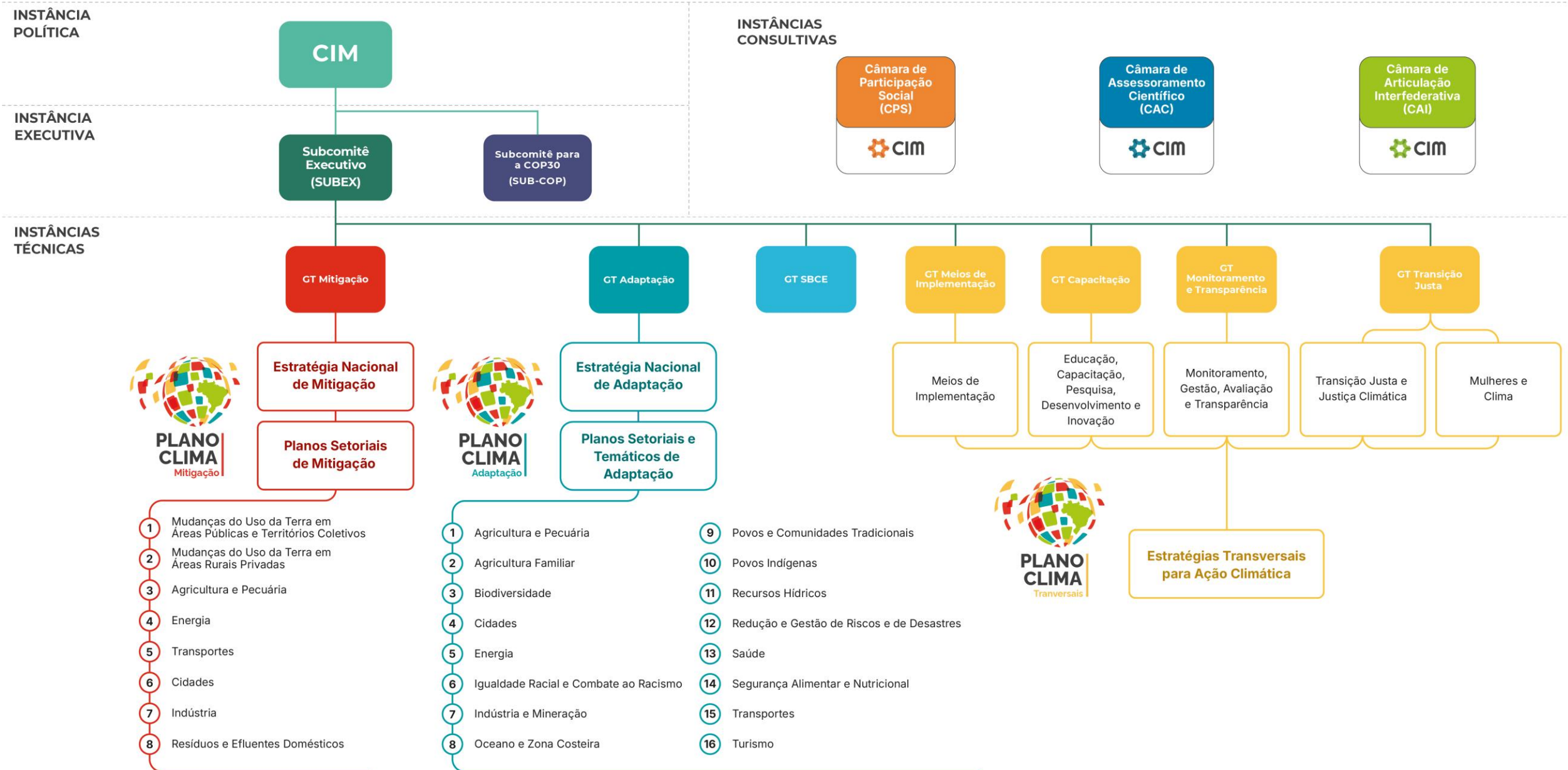
Consulta pública
13/out a 25/dez

 **146**
Contribuições

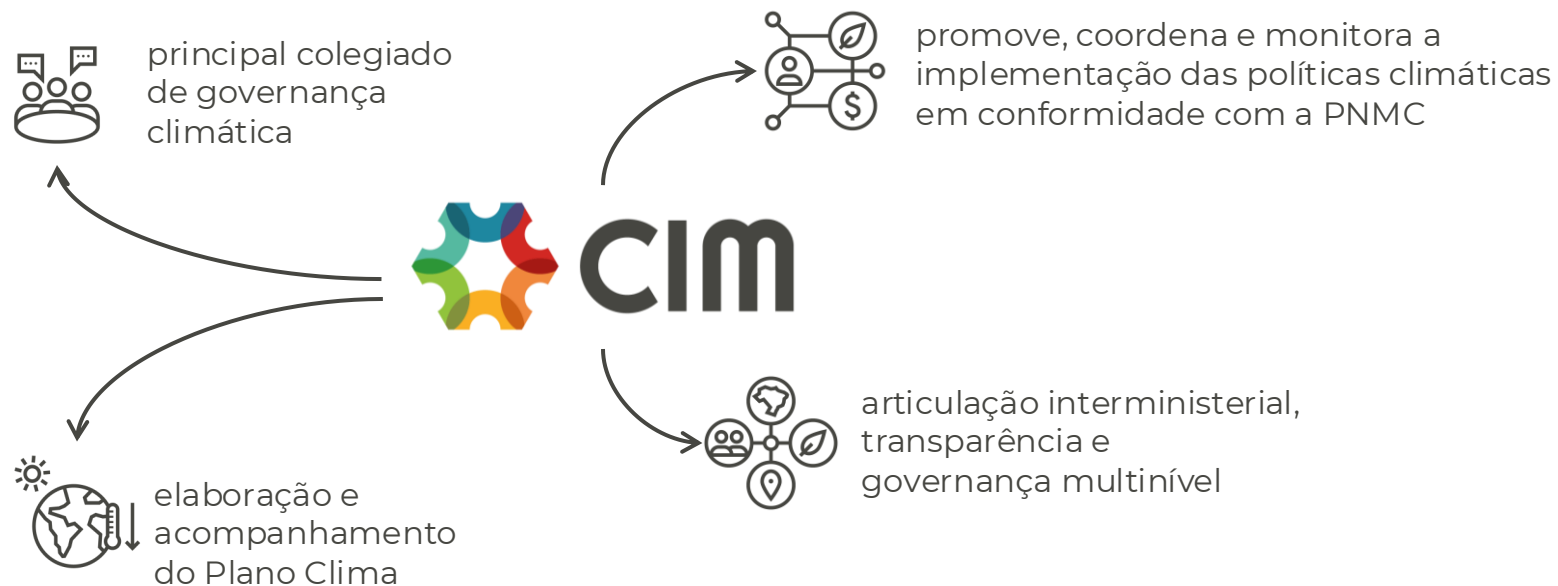
 **44%**
Incorporadas integralmente

 **29%**
Incorporadas parcialmente

Elaboração do Plano Clima no âmbito do CIM



A governança do Plano Clima no âmbito do CIM



O Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM é responsável por **coordenar e supervisionar a elaboração, aprovação, monitoramento e avaliação da implementação do Plano Clima.**

Para **fortalecer a governança do Plano Clima**, o CIM poderá criar novos **subcomitês permanentes** dedicados a assessorar o SUBEX no **acompanhamento da implementação, monitoramento, avaliação e atualização do Plano Clima.**

A governança do Plano Clima no âmbito do CIM

INSTÂNCIA
POLÍTICA

CIM

INSTÂNCIA
EXECUTIVA

Subcomitê
Executivo
(SUBEX)

Subcomitê para a
COP30

INSTÂNCIAS
TÉCNICO-
EXECUTIVAS

Subcomitê de
Adaptação

Subcomitê de
Monitoramento e
Avaliação

Subcomitê de
Mitigação

INSTÂNCIAS
TÉCNICAS

Grupos Técnicos
(GTs)

INSTÂNCIAS
CONSULTIVAS

Câmara de
Participação Social
(CPS)



Câmara de
Assessoramento
Científico
(CAC)



Câmara de
Articulação
Interfederativa
(CAI)



Sobre os Subcomitês do CIM:

Subcomitê de Adaptação



Atribuições: Assessorar o SUBEX no acompanhamento do **Plano Clima Adaptação e demais políticas, planos e ações relativos à adaptação**, fornecer subsídios técnicos para a Estratégia de Longo Prazo (LTS) e o posicionamento externo do Brasil nas negociações internacionais.



Composição: Representantes dos ministérios responsáveis pelos Planos Setoriais e Temáticos de Adaptação.
Coordenação: MMA, MCTI.

Subcomitê de Mitigação



Atribuições: Assessorar o SUBEX no acompanhamento do **Plano Clima Mitigação e demais políticas, planos e ações relativos à mitigação**, fornecer subsídios técnicos para a Estratégia de Longo Prazo (LTS) e o posicionamento externo do Brasil nas negociações internacionais.



Composição: Representantes dos ministérios responsáveis pelos Planos Setoriais de Mitigação.
Coordenação: MMA, MCTI e Casa Civil.

Subcomitê de Monitoramento e Avaliação



Atribuições: Assessorar o SUBEX em temas relacionados a **consolidação e sistematização de relatórios** de monitoramento e avaliação + **comunicação e transparência ativa** dos resultados do Plano Clima e demais políticas, planos e ações relativos à mudança do clima.



Composição: Representantes da Casa Civil, MPO, MGI, MCTI e MMA.
Coordenação: MMA e MCTI.

Sobre as Câmaras Consultivas do CIM:



Objetivo: Subsidiar a política climática com a melhor ciência disponível.



Objetivo: Garantir a participação ativa da sociedade civil e do setor privado nas políticas climáticas.



Objetivo: Promover a participação de entes subnacionais na construção e na implementação de políticas climáticas.



Composição: 30 especialistas da comunidade científica selecionados a partir das indicações da Rede Clima, da SBPC e da ABC.



Composição: 50 representantes da sociedade civil e do setor privado, selecionados por Edital público com critérios como representatividade, diversidade e atuação política.



Composição: 30 representantes dos entes federativos, indicados pela Secretaria-Técnica do Conselho da Federação, considerando paridade entre estados e municípios.



Papel no monitoramento: elaboração do Relatório Científico de Avaliação do Plano Clima e Proposições sobre os relatórios preliminares de governo.



Papel no monitoramento: elaboração de Proposições sobre os relatórios preliminares de governo.



Papel no monitoramento: elaboração de Proposições sobre os relatórios preliminares de governo.



PLANO
CLIMA
Adaptação

Processo de construção do Plano Clima Adaptação pelo GT Adaptação



**PLANO
CLIMA**
Adaptação

Intenso processo de engajamento, integração entre setores e capacitação sobre riscos climáticos, Adaptação, Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE) e justiça climática.



Estratégia Nacional de Adaptação (ENA) + 16 Planos Setoriais e Temáticos de Adaptação (PSTA)

GT Adaptação



14 Reuniões Ordinárias do GT Adaptação



25 Ministérios, instituições e representantes do Fórum Brasileiro sobre Mudança do Clima (FBMC) e da Rede Clima
Coord.: MMA, MCTI e CC/PR



5 Oficinas preparatórias sobre Adaptação e riscos climáticos



6 Oficinas intersetoriais conjuntas dos Planos Setoriais e Temáticos de Adaptação

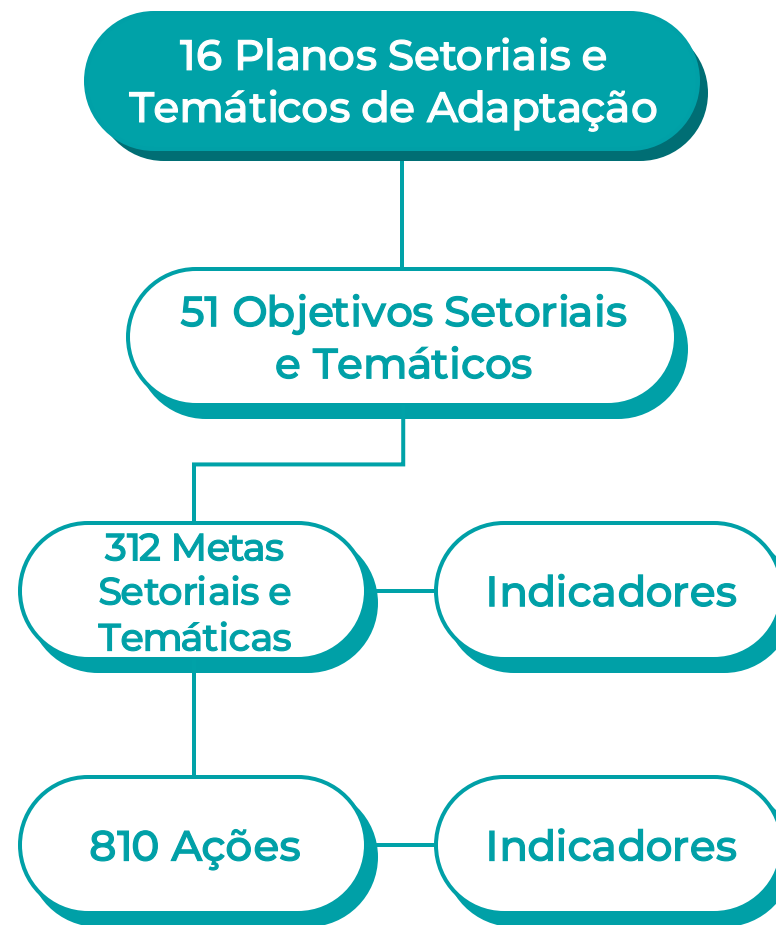


6 Webinários de orientação para a sociedade sobre a ENA e os PSTA



Plano Clima Adaptação

Elementos e estrutura



Estratégia Nacional de Adaptação

Diretrizes Nacionais



1) Promoção do desenvolvimento sustentável nas suas múltiplas dimensões, considerando setores e temas estratégicos para o país, tendo em vista a redução de desigualdades, a equidade e a transição justa.



2) Promoção da justiça climática com base em suas dimensões de gênero, raça, etnia, idade, classe social, origem geográfica e demais fatores que influenciam a vulnerabilidade.



3) Promoção da proteção, conservação e preservação ambiental, orientadas pelos princípios da precaução e prevenção.



4) Governança multinível e transversal, tendo em vista a coerência, a sinergia e a complementaridade entre estratégias, considerando as especificidades territoriais.



5) Promoção da transparência e dos processos participativos com a sociedade, em todo o ciclo iterativo da adaptação.



6) Integração da adaptação em políticas, programas e projetos que possam ser afetados pela mudança do clima, contemplando iniciativas estruturantes e incluindo a perspectiva de longo prazo.



7) Fortalecimento de capacidades institucionais nos diferentes níveis governamentais, incluindo aquelas necessárias para o acesso a fontes de financiamento e meios de implementação para medidas de adaptação apropriadas a cada contexto.



8) Promoção de cobenefícios entre a adaptação e a mitigação das emissões de GEE.



9) Adoção do melhor conhecimento disponível, com base na ciência, nas boas práticas setoriais e da sociedade, no conhecimento tradicional e demais fontes consideradas apropriadas.



10) Integração de ações incrementais e transformacionais, baseada na compreensão de riscos relacionados ao clima e seus múltiplos fatores condicionantes, com diferentes horizontes temporais e escalas de execução.



11) Promoção da sensibilização e da conscientização pública sobre a mudança do clima, suas causas, consequências e abordagens para redução dos riscos.



12) Adoção da abordagem de Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE), reconhecendo seu potencial de redução de riscos climáticos e vulnerabilidades de forma sistêmica, flexível, socialmente justa e custo-efetiva, e benefícios para os esforços de mitigação, simultaneamente.



13) Garantia da flexibilidade e adaptabilidade das estratégias, com revisões do Plano e mudanças de contexto, a fim de incorporar atualizações de informações e conhecimentos gerados, assim como lições aprendidas.

Estratégia Nacional de Adaptação

Objetivos Nacionais



#1

Aumentar a **resiliência das populações, cidades, territórios e das infraestruturas** frente à emergência climática.



#2

Promover a **produção sustentável e resiliente** e o acesso regular da população a **alimentos** saudáveis, em qualidade e quantidade adequadas.



#3

Promover a **segurança hídrica, disponibilizando água em qualidade e quantidade suficientes para os usos múltiplos**, como abastecimento, produção, energia e ecossistemas.



#4

Proteger, conservar, restaurar e fortalecer ecossistemas e a biodiversidade e assegurar o provimento dos serviços ecossistêmicos.



#5

Promover, proteger e recuperar a **saúde e o bem-estar das populações**, respeitando os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais.



#6

Garantir a **segurança energética**, de forma sustentável e acessível.



#7

Promover o **desenvolvimento socioeconômico e a redução das desigualdades**.



#8

Proteger o **patrimônio cultural e preservar práticas culturais** e locais de patrimônio, frente aos riscos relacionados à mudança do clima.



#9

Fortalecer o papel vital do **oceano e da zona costeira** no enfrentamento da mudança do clima.

Estratégia Nacional de Adaptação

Metas Nacionais



#1

Até 2035, **garantir que todos os estados e ao menos 35% dos municípios brasileiros tenham Planos de Adaptação.**

#2

Até 2035, **atender com obras de prevenção de riscos de desastres pelo menos 4 milhões de pessoas** expostas ao risco de desastre geohidrológico.

#3

Até 2035, **ampliar em 180 mil hectares a cobertura vegetal em áreas urbanas**, priorizando os municípios sob maior risco climático.

#4

Até 2035, **reduzir para 7,5% o total de municípios com nível de segurança hídrica mínimo.**

#5

Até 2035, **garantir que 100% dos projetos para obras de infraestrutura a serem apoiados pelo Governo Federal considerem os riscos climáticos.**

#6

Até 2035, **reduzir em pelo menos 30% as interrupções operacionais** causadas por eventos climáticos **em infraestruturas federais de transportes.**

#7

Até 2030, **ampliar para 30% a extensão das Áreas Marinhas Protegidas**, com estratégias específicas para a mudança do clima nos planos de manejo.

#8

Até 2035, **conectar 30% do território nacional por meio de corredores ecológicos** entre áreas protegidas e outros Mecanismos Eficazes de Conservação Baseados em Área - OMECs, priorizando territórios sob maior risco climático e de refúgio climático.

#9

Até 2030, **ampliar a adoção de sistemas de produção agropecuária diversificados, sustentáveis e resilientes, em 72,68 milhões de hectares.**

#10

Até 2035, **erradicar a insegurança alimentar e nutricional grave.**

#11

Até 2035, **ter 100% das secretarias de saúde dos estados e dos municípios prioritários para emergência climática mobilizados para adaptação** do SUS à mudança do clima.

#12

Até 2035, **garantir que 100% do planejamento de expansão eletroenergética considere riscos climáticos.**

Planos Setoriais e Temáticos de Adaptação



Contexto setorial / temático	Principais riscos e vulnerabilidades	Adaptação	Gestão do plano
<p>A importância da adaptação para o setor/tema</p> <ul style="list-style-type: none">• Por que precisamos adaptar?	<p>Síntese dos riscos prioritários</p> <ul style="list-style-type: none">• Como somos e seremos afetados?• Tendências climáticas e fatores de exposição e vulnerabilidade	<p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none">• Onde queremos chegar?• Definição dos objetivos setoriais e temáticos que reduzem os riscos e se conectam com os objetivos nacionais	<p>Elaboração do plano</p> <ul style="list-style-type: none">• Como o plano foi desenvolvido?• Processos participativos
<p>O arranjo institucional do setor/tema</p> <ul style="list-style-type: none">• Como estamos organizados?	<p>Descrição dos riscos prioritários</p> <ul style="list-style-type: none">• O que sabemos sobre os riscos?	<p>Metas e ações</p> <ul style="list-style-type: none">• Marcos de alcance dos objetivos• Relação com o PPA, Adaptação Baseada em Ecossistemas, relações com outros setores e justiça climática	<p>Gestão e implementação do plano:</p> <ul style="list-style-type: none">• Responsabilidades• Monitoramento, avaliação e transparência
<p>Instrumentos existentes</p> <ul style="list-style-type: none">• Principais marcos legais, políticas, planos, programas e iniciativas existentes			<p>Considerações finais</p> <p>Aprendizados, boas práticas, lacunas, barreiras e recomendações</p>

Plano Setorial da Agricultura e Pecuária



Objetivos setoriais

1. Prover políticas públicas para aumentar a capacidade adaptativa da produção agropecuária à mudança do clima.
2. Adaptar os sistemas agropecuários e assegurar o desempenho produtivo, tornando-os resilientes e sustentáveis.
3. Promover a conservação e o uso sustentável de recursos genéticos para adaptar os agroecossistemas à mudança do clima.

8 metas e 18 ações

Estimular a adoção e a manutenção de sistemas, práticas, produtos e processos de produção sustentáveis, considerando a Abordagem Integrada da Paisagem na propriedade rural.

Converter e recuperar pastagens degradadas em florestas sustentáveis.



Estabelecer a rede de alerta climático para riscos agropecuários.

Ampliar o aporte de recursos do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

Plano Setorial da Agricultura Familiar



PLANO CLIMA
Adaptação

Objetivos setoriais

1. Ampliar o acesso à terra, infraestrutura e recursos produtivos para garantir a adaptação climática da agricultura familiar.
2. Fortalecer sistemas agroecológicos e a proteção da agrosociobiodiversidade, com acesso a crédito e mercados para resiliência climática.
3. Expandir o conhecimento, as inovações e as tecnologias para a adaptação climática de agricultores familiares e seus territórios.

87 metas e 96 ações

Garantir acesso à terra para famílias da reforma agrária, priorizando mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades quilombolas e outros grupos vulneráveis, com práticas produtivas sustentáveis e agroecológicas.

Ampliar o acesso de agricultores e agricultoras familiares à assistência técnica e extensão rural de qualidade, adaptada à realidade local, integrando conhecimento científico e saberes tradicionais e formando continuamente técnicos(as) e agricultores(as) para a transição agroecológica.

Criar parâmetros técnicos para identificar e priorizar os territórios mais vulneráveis à mudança do clima, direcionando políticas e recursos de forma mais efetiva.

Apoiar a recuperação ambiental e produtiva com financiamento de Sistemas Agroflorestais e manejo sustentável do solo, beneficiando comunidades vulneráveis e promovendo a conservação ambiental.

Facilitar o acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) voltado à adaptação climática para investimentos como irrigação com energia solar, infraestrutura hídrica, sistemas agroecológicos, tecnologias sustentáveis e produção resiliente.



Plano Temático de Biodiversidade



Objetivos temáticos

1. Assegurar ações de gestão urgentes para deter a extinção de espécies ameaçadas e declínios populacionais.
2. Assegurar ações de gestão para reduzir a perda de resiliência dos ecossistemas, mantendo e fortalecendo a provisão dos serviços ecossistêmicos associados.
3. Incrementar a conectividade da paisagem, para possibilitar a adaptação da biodiversidade à mudança do clima.

6 metas e 31 ações



Estabelecer Planos de Manejo Integrado do Fogo nas áreas de atuação do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo).

Instituir o Plano Nacional de Refaunação, priorizando espécies polinizadoras e dispersoras de sementes, em áreas-chave para adaptação da biodiversidade, priorizando áreas de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultura familiar.

Restaurar 2 milhões de hectares de terras degradadas na Caatinga.

Implementar ações de conservação *ex situ* para espécies da flora ameaçadas de extinção, raras e endêmicas para a recuperação das populações e a inclusão em projetos de enriquecimento e de restauração de ecossistemas.

Promover a restauração de áreas importantes para a conectividade e áreas potenciais para refúgios climáticos, incluindo planos de recuperação para tais áreas.



Plano Setorial de Cidades



Objetivos setoriais

1. Aprimorar e difundir informações e fomentar pesquisa sobre adaptação das cidades à mudança do clima para subsídio à produção de cidades mais resilientes.
2. Aprimorar a gestão, a governança e o planejamento das cidades para a adaptação à mudança do clima.
3. Adaptar as infraestruturas e os serviços das cidades e nas comunidades à mudança do clima, por meio de soluções sustentáveis e resilientes, promovendo a justiça climática.

8 metas e 61 ações específicas organizadas em 19 ações estratégicas

Ampliar e integrar dados e informações sobre a mudança do clima nas cidades, assegurando que as distintas realidades territoriais sejam consideradas, do intraurbano ao supramunicipal, inclusive por meio da desagregação de dados sobre comunidades vulnerabilizadas.

Apoiar ações de prevenção a desastres climáticos, priorizando territórios vulnerabilizados, soluções baseadas na natureza e práticas locais, observando as especificidades de cada grupo social e o envolvimento comunitário.

Prover infraestrutura adequada às áreas de favelas e comunidades urbanas como forma de adaptação aos possíveis impactos da mudança do clima, garantindo o protagonismo social em todo o processo.

Atualizar os normativos estratégicos para incorporar medidas de adaptação à mudança do clima, garantindo a participação social e considerando a diversidade territorial e os cenários climáticos.



Incentivar o uso de soluções baseadas na natureza e adaptação baseada em ecossistemas, tecnologias sociais e outras soluções sustentáveis e inovadoras nos projetos de infraestrutura urbana, com envolvimento comunitário e priorizando territórios vulnerabilizados.

Plano Setorial de Energia



Objetivos setoriais

1. Garantir a oferta e o acesso de energia elétrica frente às ameaças climáticas, promovendo o combate à pobreza energética.
2. Assegurar a oferta de combustíveis, em especial os biocombustíveis e os combustíveis de baixa intensidade de carbono, frente às ameaças climáticas.
3. Implementar e fortalecer a resiliência da infraestrutura no setor de energia.

16 metas e 38 ações

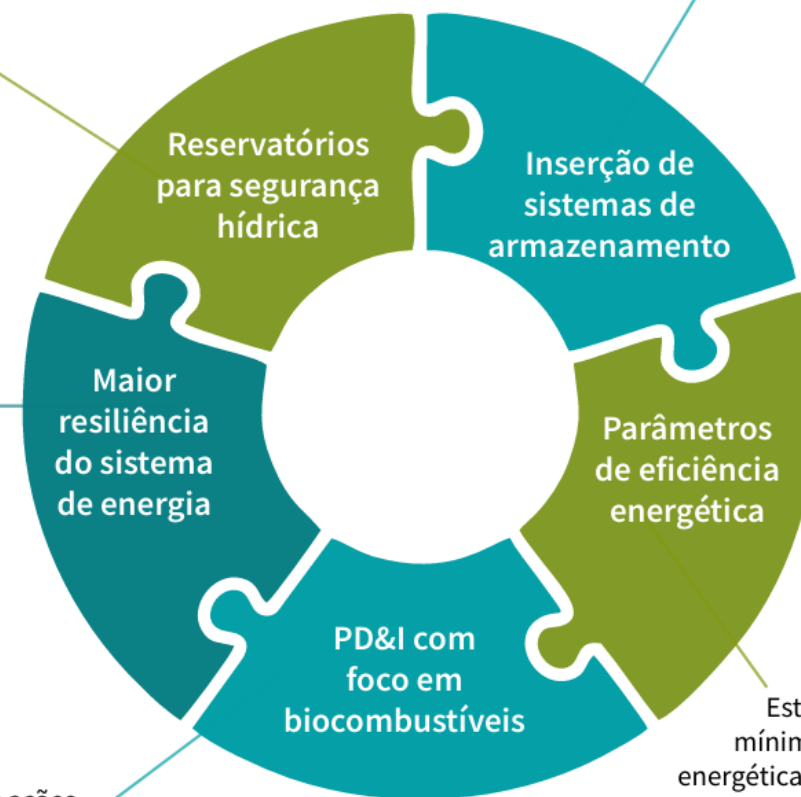


Elaborar estudos para identificação de potenciais reservatórios de regularização que possuam benefícios para a segurança hídrica e para o atendimento aos usos múltiplos da água, inclusive para o setor elétrico, priorizando novos reservatórios para estudos de viabilidade técnica, econômica e socioambiental.

Promover adequações regulatórias para inserção de sistemas de armazenamento, incluindo usinas reversíveis, no Sistema Interligado Nacional.

Realizar estudos sobre o aumento da resiliência do sistema elétrico frente a eventos climáticos extremos.

Promover e monitorar a integração das ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação para biocombustíveis.



Estabelecer índices mínimos de eficiência energética para máquinas, equipamentos e edificações consumidoras de energia.



Plano Temático de Igualdade Racial e Combate ao Racismo

Objetivos temáticos

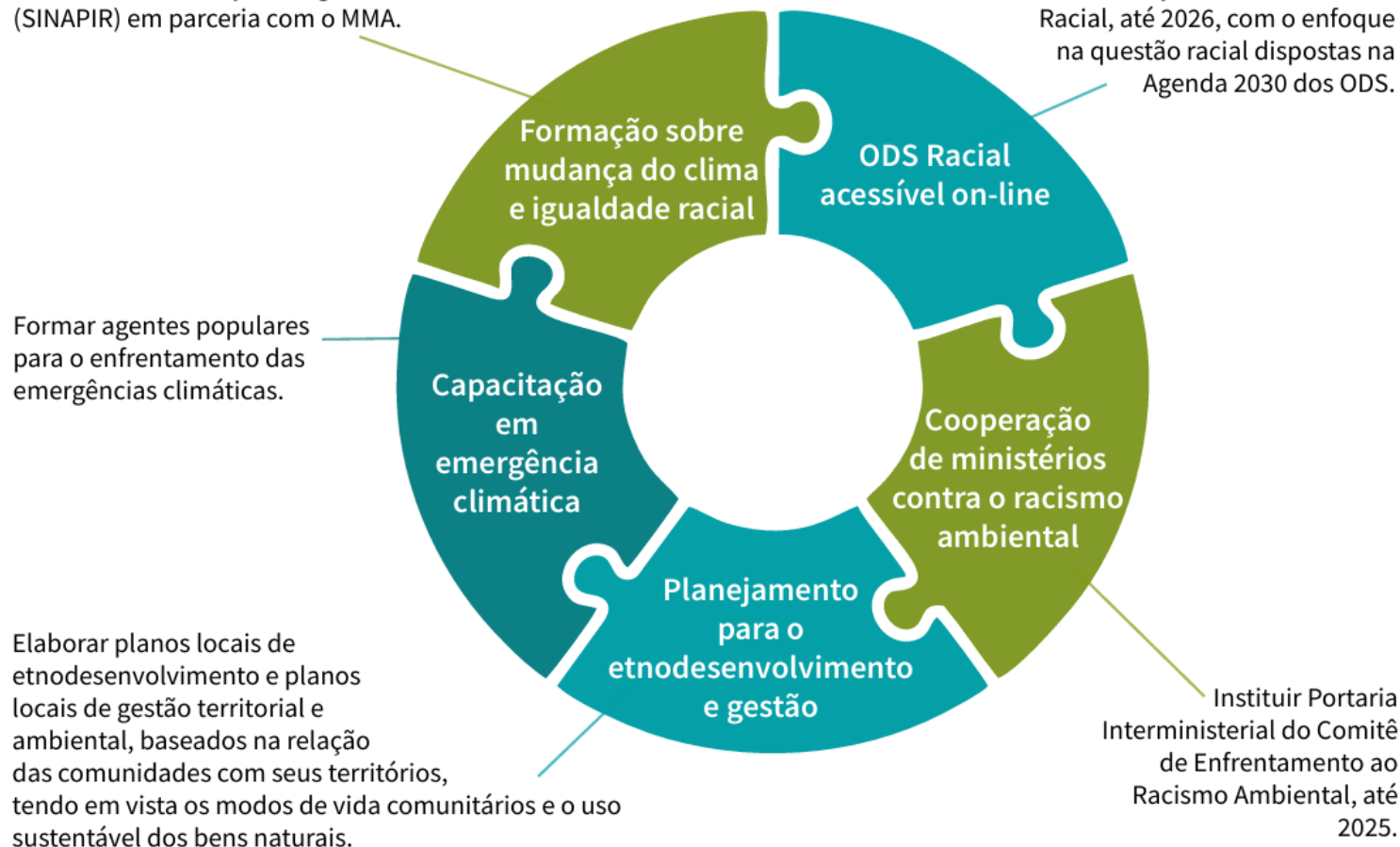
1. Fomentar a produção de dados ambientais racializados para subsidiar a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas.
2. Combater e superar o Racismo Ambiental para a redução das desigualdades e promoção da justiça climática.
3. Efetivar os Direitos territoriais, ambientais, sociais, econômicos e culturais dos Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros, Ciganos e População Negra, reduzindo vulnerabilidades socioambientais e aumentando a resiliência aos eventos climáticos extremos.

7 metas e 23 ações



Formar os gestores e conselheiros do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) em parceria com o MMA.

Desenvolver uma plataforma web de visualização de dados de ODS Racial, até 2026, com o enfoque na questão racial dispostas na Agenda 2030 dos ODS.





Plano Setorial de Indústria e Mineração

Objetivos setoriais

1. Promover a implementação de ações preventivas e resilientes no setor industrial brasileiro para fortalecer a capacidade adaptativa das infraestruturas industriais, das atividades produtivas e das comunidades em seus entornos, contemplando também a substituição progressiva de insumos e processos industriais de alta emissão por soluções de baixo carbono, como o hidrogênio verde.
2. Garantir o fluxo de fornecimento de insumos, energia, água e matérias-primas, em quantidade e qualidade, à indústria nacional, estimulando a diversificação, uso eficiente e a priorização de cadeias de suprimento nacionais.
3. Reduzir os riscos associados as condições de trabalho do setor industrial e aumentar a segurança do ambiente de trabalho.

7 metas e 23 ações



**PLANO
CLIMA**
Adaptação

Realizar estudos e análises sobre os impactos, riscos e as vulnerabilidades climáticas de cada subsetor industrial sob a perspectiva territorial, incluindo o risco sobre as comunidades do entorno.

Investir em tecnologias avançadas de monitoramento de eventos climáticos extremos e de mortes e doenças decorrentes desses eventos, especificamente em relação àqueles em que a indústria e a mineração estão mais expostas.

Fomentar pesquisas sobre a saúde e segurança no trabalho da indústria e mineração e sua interface com a mudança do clima e eventos climáticos extremos, priorizando grupos historicamente vulnerabilizados, especialmente pessoas negras, indígenas e mulheres.

Fomentar e promover incentivos fiscais e financeiros para a produção e adoção de bens de capital que aumentem a resiliência da indústria nacional, incluindo estratégias conjuntas de adaptação entre o setor público e privado.



Desenvolver Programas de Pesquisa e Desenvolvimento sobre eficiência energética, armazenamento e energias renováveis para uso industrial, garantindo a presença de mulheres em posições de liderança na condução das pesquisas.



Plano Temático de Oceano e Zona Costeira

Objetivos temáticos

1. Ampliar a proteção de ecossistemas costeiros e marinhos para garantir a conservação da sua biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos associados.
2. Garantir os modos de vida dos Povos e Comunidades Tradicionais na Zona Costeira e Marinha frente à mudança do clima.
3. Fortalecer a resiliência da Zona Costeira frente aos eventos extremos e à mudança do clima, em conexão com as bacias hidrográficas.
4. Fortalecer a implementação dos instrumentos de gestão ambiental e territorial que orientam as atividades econômicas ligadas ao oceano e às zonas costeiras, considerando a lente climática.

20 metas e 23 ações



PLANO CLIMA
Adaptação

Criar e ampliar Unidades de Conservação costeiras e marinhas e reconhecer mosaicos de áreas protegidas, garantindo 30% de extensão de áreas marinhas protegidas na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) até 2030.

Elaborar o Planejamento Espacial Marinho (PEM) para todo território marinho do Brasil até 2030.

Implementar o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais do Brasil (ProManguezal) até 2030.

Implementar a Estratégia Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável dos Recifes de Coral (ProCoral) até 2030.

Analisar a vulnerabilidade dos municípios costeiros à erosão, inundação, elevação do nível do mar e eventos climáticos extremos, levando em consideração as bacias hidrográficas, publicando a lista daqueles mais vulneráveis até 2026.





Plano Temático de Povos e Comunidades Tradicionais

Objetivos temáticos

1. Garantir as condições de permanência dos Povos e Comunidades Tradicionais nos territórios tradicionalmente ocupados, resguardando os meios de reprodução dos seus modos de vida, com atenção especial para diversidade de gênero.
2. Garantir acesso à saúde de forma preventiva e emergencial aos Povos e Comunidades Tradicionais em seus territórios.
3. Garantir a autonomia econômica e a segurança hídrica e alimentar dos Povos e Comunidades Tradicionais frente aos impactos dos eventos climáticos extremos, com atenção especial para diversidade de gênero.

9 metas e 40 ações



PLANO CLIMA
Adaptação

Implementar tecnologias sociais adaptativas à mudança do clima para povos e comunidades tradicionais.

Tecnologias sociais em adaptação

Realizar a regularização fundiária de 2.000 novos territórios e maretórios de povos e comunidades tradicionais.

Direito ao território e maretório

Implementar projetos de adaptação à mudança do clima voltados para a sociobioeconomia, tais como economia comunitária, etnodesenvolvimento, turismo de base comunitária, sistemas agroflorestais, planos de manejo florestal comunitário, banco de sementes, pesca artesanal, agricultura familiar adaptativa, infraestrutura adaptativa, proteção ambiental etc.

Sociobioeconomia adaptada à mudança do clima

Proteção e auxílio para comunidades afetadas

Estruturar mecanismos de auxílio emergencial e instrumentos de proteção social para comunidades que tiveram seus meios tradicionais de existência comprometidos por eventos climáticos extremos, incluindo cestas básicas, auxílio financeiro e atenção primária à saúde.

Fundo dirigido para PCTs

Criar um fundo de adaptação para enfrentamento de emergências climáticas específicas para povos e comunidades tradicionais, incluindo a diversidade de gênero.

Plano Temático de Povos Indígenas



Objetivos temáticos

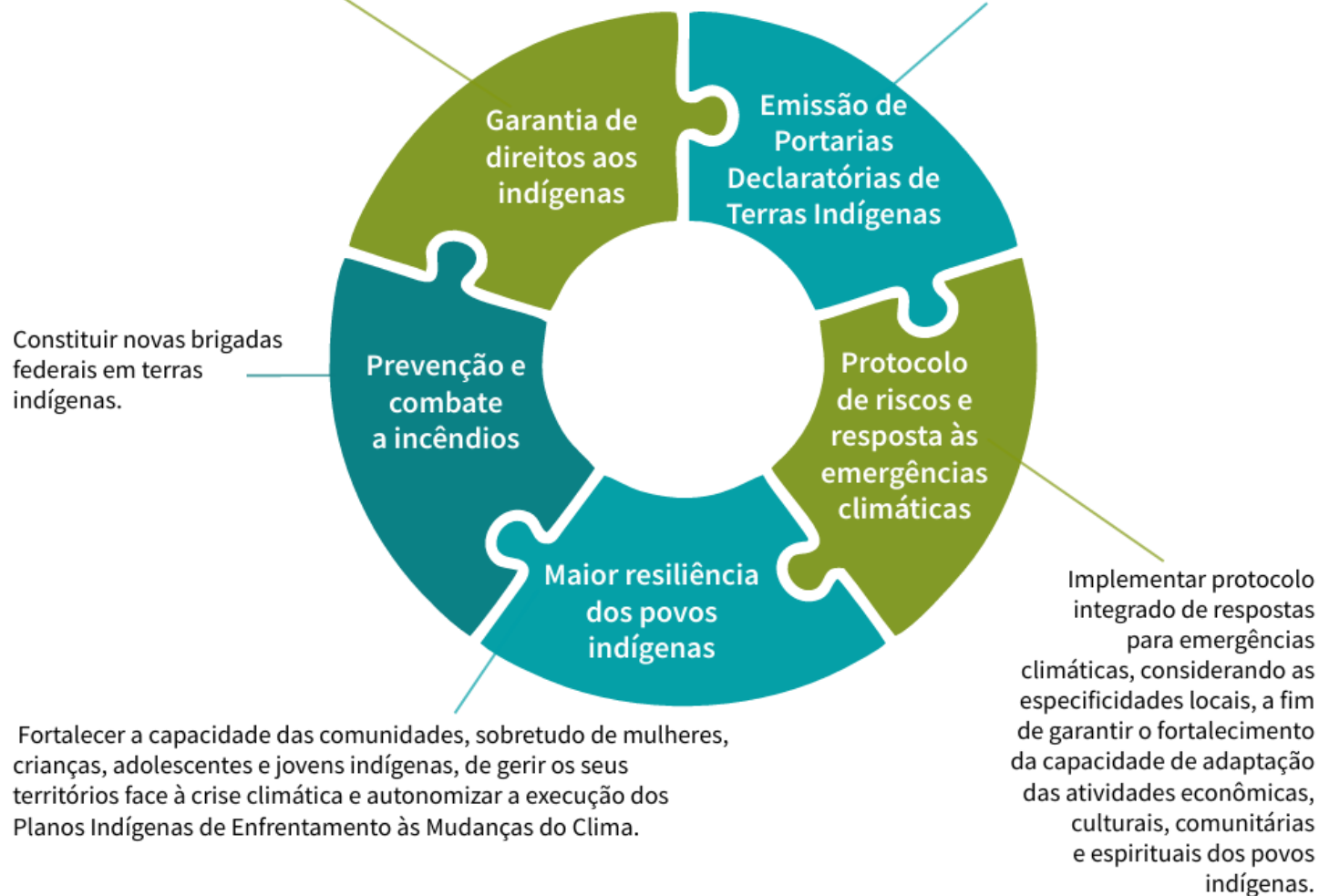
1. Fortalecer o bem-viver indígena e a saúde coletiva dos povos.
2. Aprimorar a resiliência e a segurança hídrica, alimentar e nutricional.
3. Proteger o patrimônio territorial, cultural e os modos de vida tradicionais.
4. Aumentar a resiliência da infraestrutura e dos serviços essenciais.

17 metas e 67 ações



Concluir e aprovar 40 Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação de territórios indígenas.

Emitir 21 portarias declaratórias de Terras Indígenas, sob responsabilidade da Secretaria de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública.



Plano Temático de Recursos Hídricos



Objetivos temáticos

1. Tornar o SINGREH e os setores usuários mais preparados para a mudança do clima, com vistas a promoção da justiça climática e à igualdade de gênero.
2. Aprimorar informações, monitoramento e ferramentas de avaliação para a gestão hídrica.
3. Ampliar a segurança hídrica por meio da revitalização de bacias hidrográficas e do acesso a água em quantidade e qualidade.

6 metas e 43 ações

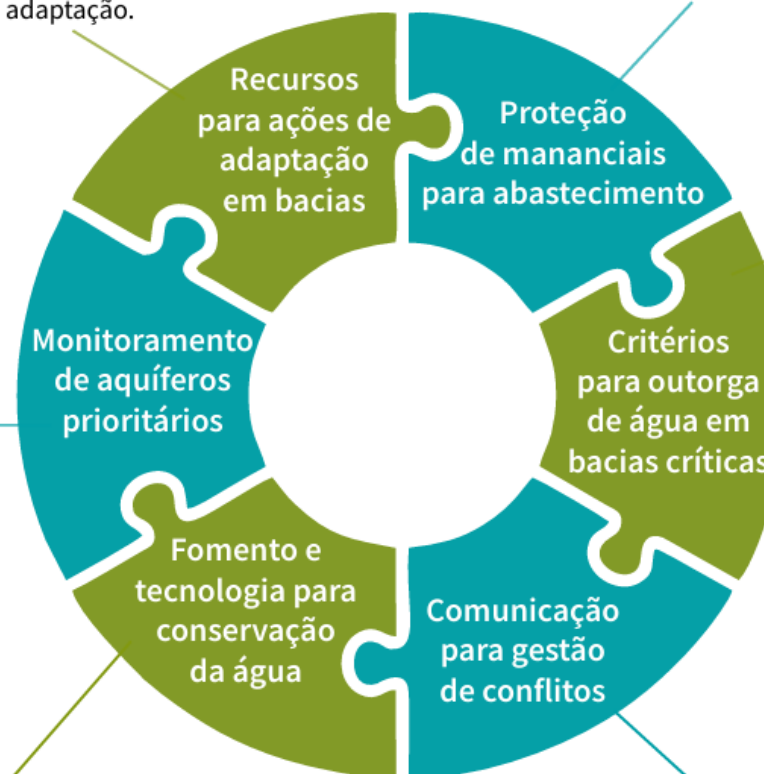


Inserir a dimensão da mudança do clima na implementação e atualização da metodologia da cobrança da água em bacias hidrográficas críticas com vistas a expandir o instrumento e ampliar o uso dos recursos em ações de adaptação.

Recuperar Áreas de Preservação Permanente e áreas úmidas e promover a conservação dos solos das áreas adjacentes considerando áreas prioritárias para proteção de mananciais utilizados para o abastecimento público e área de recarga de aquífero.

Ampliar a rede de monitoramento de aquíferos em bacias hidrográficas prioritárias do ponto de vista de demanda, criticidade e vulnerabilidade ambiental.

Avaliar os processos de outorga, alocação negociada de água e outros mecanismos a partir de cenários de mudança do clima, estabelecendo medidas para prioridades e restrições aos grandes volumes outorgados nas bacias críticas.



Fomentar tecnologias sociais de conservação de água em microbacias, a exemplo das Barragens de Base Zero, a partir de linhas de financiamento, implementação das tecnologias, parcerias locais, manuais, capacitações, entre outras.

Desenvolver e implementar pelo menos dois programas de aprendizado e comunicação estratégica, notadamente junto aos Comitês de Bacia Hidrográfica, voltada a gestão de conflitos pelo uso da água em situações de enchentes e secas.



Plano Setorial de Redução e Gestão de Riscos e de Desastres

Objetivos setoriais

1. Reduzir os riscos de desastres, considerando as tipologias e áreas prioritárias no país, por meio da promoção de ações não estruturantes (medidas e instrumentos) e estruturantes (obras e estruturas) de prevenção, mitigação e preparação, no contexto da mudança do clima.
2. Reduzir os danos e prejuízos por desastres, considerando as tipologias e áreas prioritárias no país, por meio da promoção de ações não estruturantes (medidas e instrumentos) e estruturantes (obras e estruturas) de resposta e de recuperação, no contexto da mudança do clima.
3. Fortalecer a governança e as capacidades institucionais e sociais para promover ações articuladas e integradas com os setores, os órgãos e as entidades envolvidos na redução e gestão de riscos e desastres.

10 metas e 89 ações



Elaborar e atualizar protocolos conjuntos de monitoramento e envio de alertas, por tipologia ou grupo de riscos, de modo a unificar esses procedimentos, promovendo o alcance a toda a população em risco, considerando as mais vulneráveis.

Elaborar protocolo que envolva as instituições do Sistema Federal sobre a comunicação de situações de muito alto risco de desastres.

Elaborar protocolo de atuação conjunta de resposta dos órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil o qual organiza o enfrentamento a desastres em todo território brasileiro.



Plano Setorial de Saúde



Objetivos setoriais

1. Aperfeiçoar a capacidade de Vigilância em Saúde, incluindo a vigilância popular em saúde, para o monitoramento, a avaliação, o alerta precoce e a intervenção, visando à redução da morbidade e mortalidade relacionada à mudança do clima.
2. Aprimorar a capacidade de Atenção à Saúde para garantir o atendimento dos serviços de saúde, incluindo a preparação de infraestruturas e equipes resilientes para lidar com os efeitos negativos da mudança do clima.
3. Ampliar estratégias de Promoção e Educação em Saúde para aumentar a conscientização sobre os impactos da mudança do clima e reduzir seus efeitos negativos.
4. Reforçar a adoção de estratégias de Ciência, Tecnologia, Inovação e Produção para adaptação do SUS à mudança do clima.

27 metas e 93 ações

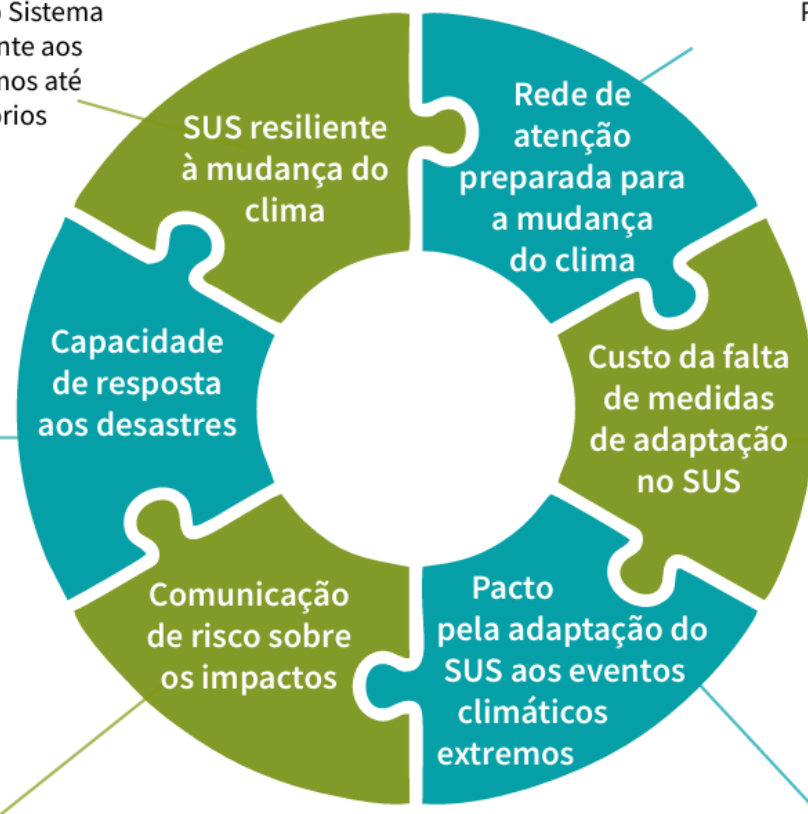


PLANO CLIMA
Adaptação

Assegurar a resiliência do Sistema Único de Saúde (SUS) frente aos eventos climáticos extremos até 2031 em 100% dos territórios mais vulneráveis à mudança do clima.

Apoiar 100% dos municípios prioritários para ampliar suas capacidades de preparação, vigilância e resposta as emergências em saúde pública por desastres.

Aprimorar a capacidade e promover treinamentos em comunicação de risco sobre os impactos da mudança do clima em 100% das secretarias de saúde e Distritos Sanitários Especiais Indígenas dos estados e municípios prioritários para emergência climática até 2035.



Publicar diretrizes nacionais para orientar a organização da Rede de Atenção à Saúde frente à mudança do clima até 2027, incluindo a Rede de Urgência e Emergência, o Programa Melhor em Casa, dentre outros.

Gerar estimativas sobre o custo da ausência de medidas de adaptação para o SUS e estimativas sobre o impacto de medidas de adaptação até 2035.

Articular a pactuação setorial e interfederativa para avaliar impactos, vulnerabilidades e adaptação às mudanças climáticas no SUS com a inclusão de indicadores climáticos nas políticas e nos instrumentos de avaliação da qualidade dos serviços da rede de atenção, além da classificação de risco a eventos climáticos extremos e certificação de boas-práticas da rede de atenção.



Plano Setorial de Segurança Alimentar e Nutricional

Objetivos setoriais

1. Fortalecer a rede de proteção social nas comunidades urbanas e rurais mais sensíveis aos impactos negativos das intempéries climáticas, ampliando a capacidade de resiliência das famílias vulnerabilizadas.
2. Ampliar a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis em territórios mais expostos à mudança do clima.
3. Fortalecer a rede de equipamentos públicos e sociais de segurança alimentar e nutricional nos territórios mais expostos a eventos climáticos extremos.
4. Promover o acesso à água para consumo humano e animal e produção de alimentos para populações mais vulneráveis e localizadas em territórios mais expostos aos efeitos da mudança do clima.
5. Apoiar o desenvolvimento de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis por meio da promoção e disseminação do conhecimento técnico e científico e de sua apropriação pelos setores mais vulnerabilizados pela mudança do clima.

34 metas e 60 ações



Aprimorar os mecanismos de concessão e entrega de benefícios eventuais nos municípios às populações afetadas por situação de calamidades públicas e emergências.

Apoiar municípios prioritários na elaboração de ações de segurança alimentar e nutricional a serem incluídas nos planos de ação de adaptação climática locais.

Ampliar o atendimento do Programa Fomento Rural em consonância com os planos estaduais de adaptação.

Implementar tecnologias sociais e outros sistemas eficientes de captação e armazenamento de água ou irrigação de baixo consumo para a produção de alimentos.



Implementar tecnologias sociais e outros sistemas individuais e coletivos eficientes de captação, armazenamento e distribuição de água para consumo.

Plano Setorial de Transportes



PLANO CLIMA
Adaptação

Objetivos setoriais

1. Promover a resiliência climática das infraestruturas e operações da Aviação Civil, por meio da modernização tecnológica, fortalecimento da capacidade de fiscalização ambiental e prevenção de incêndios florestais, e implantação de sistemas avançados de vigilância e previsão meteorológica, com foco na segurança, bem-estar humano e justiça climática.
2. Promover a resiliência climática do setor portuário e aquaviário por meio do aprimoramento da gestão de riscos, da ampliação das capacidades de prevenção e resposta a desastres e da adaptação à mudança do clima, incluindo a implementação de sistemas de previsão de eventos extremos, inovação tecnológica, emissão de alertas, e uma maior eficiência logística a partir da integração com os demais modais de transporte (aeroviário, ferroviário, hidroviário e de navegação de cabotagem).
3. Garantir a sustentabilidade e a resiliência da infraestrutura e operação de transporte rodoviário, por meio da implementação de medidas de adaptação climática e da realização de intervenções em áreas de risco.
4. Aumentar a resiliência do setor ferroviário por meio da implementação de medidas estruturais, aprimoramento do arcabouço legal e ampliação das capacidades do setor de prevenção, gestão de riscos e adaptação à mudança do clima, garantindo a operação, proteção da infraestrutura e da faixa de domínio frente aos riscos climáticos.

33 metas e 58 ações

Promover e coordenar ações para reativar ou manter serviços aéreos para localidades prejudicadas por eventos climáticos severos, com participação social na gestão da crise por grupos vulnerabilizados locais.

Serviço aéreo disponível para localidades atingidas

Execução de obras rodoviárias resilientes

Prover os recursos financeiros necessários e garantir a disponibilidade de um corpo técnico capacitado para a implementação das medidas de adaptação nas áreas de risco.

Publicar portaria com o normativo que promova destinação de recursos para infraestrutura resiliente.

Infraestrutura ferroviária resiliente

Medidas de adaptação para portos

Implementar medidas de caráter estrutural ou infraestrutural para redução do risco climático e adaptação dos portos.

Restabelecer infraestruturas hidroviárias prejudicadas por eventos climáticos extremos em tempo razoável após a estabilização de uso do território, durante todo o prazo do Plano.

Celeridade no restabelecimento de infraestruturas hidroviárias

Plano Setorial de Turismo



Objetivos setoriais

1. Promover o desenvolvimento sustentável e a resiliência dos destinos turísticos, por meio da implementação de práticas de adaptação climática que fortaleçam o ecossistema local e estimulem a sensibilização ambiental, bem como a conservação e a preservação dos ambientes, gerando benefícios para turistas e comunidades locais.
2. Promover a resiliência climática e a segurança em destinos turísticos brasileiros, por meio de soluções integradas de adaptação, visando a um turismo sustentável e seguro frente aos desafios climáticos.
3. Valorizar e contribuir para a proteção dos modos de vida, conhecimentos tradicionais e culturas das comunidades turísticas dependentes ou vinculadas ao patrimônio natural e cultural, com enfoque na promoção da justiça climática.

17 metas e 47 ações



Elaborar protocolo de resposta a crises para ampliar os planos de contingência, com ações específicas ao setor de turismo, na proteção e remoção de profissionais e turistas, em desastres causados por eventos climáticos extremos.

Implementar programa nacional de turismo de base comunitária, focado na valorização e conservação dos modos de vida e cultura de povos e comunidades tradicionais.

Implementar programa nacional para financiamento de infraestruturas resilientes, focado na Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE), em regiões turísticas vulneráveis a eventos climáticos extremos.

Implementar programa nacional de adaptação climática da infraestrutura de patrimônios culturais e naturais reconhecidos em destinos turísticos, em cooperação com o Ministério da Cultura (MinC).



Disponibilizar linha de crédito específica do Fundo Geral do Turismo (Fungetur) para financiamento da sustentabilidade e de ações climáticas de prestadores de serviços turísticos.



PLANO
CLIMA
Mitigação

Processo de construção do Plano Clima Mitigação pelo GT Mitigação



**PLANO
CLIMA**
Mitigação

Intenso processo de engajamento, integração entre setores e atores da sociedade civil.



Estratégia Nacional de Mitigação (ENM) + 8 Planos Setoriais de Mitigação (PSM)

GT Mitigação



12 Reuniões Ordinárias do GT Mitigação



19 Ministérios e representantes do Fórum Brasileiro sobre Mudança do Clima (FBMC) e da Rede Clima
Coord.: MMA, MCTI e CC/PR



6 Oficinas intersectoriais conjuntas dos Planos Setoriais de Mitigação, com representantes dos ministérios setoriais



3 Workshops temáticos sobre NDCs e caminhos para descarbonização



5 Webinários de orientação para a sociedade sobre a ENM e os PSM



Plano Clima Mitigação

Elementos e estrutura



Estratégia Nacional de Mitigação

Diretrizes Nacionais



1) Alinhamento dos compromissos climáticos nacionais com a NDC brasileira e demais acordos internacionais, visando emissões líquidas zero até 2050.



2) Ação climática baseada em evidências científicas.



3) Abordagem integrada intersetorial.



4) Transição justa e inclusiva.



5) Articulação de ações incrementais e transformacionais.



6) Desenvolvimento, expansão, aperfeiçoamento e articulação de meios de implementação.



7) Participação social ampla na formulação, implementação, monitoramento, e avaliação da ENM.



8) Integração das transições climática e digital para visão do futuro.



9) Integração com a Estratégia Nacional de Adaptação.



10) Articulação dos Planos Setoriais de Mitigação com outras políticas públicas.

Estratégia Nacional de Mitigação

Objetivos Nacionais



#1 Garantir a **integridade dos biomas nacionais** por meio da conservação, restauração e uso sustentável dos seus ecossistemas.



#2 Fomentar a ampla adoção de **modelos de produção agrícola e pecuária sustentáveis e de baixa emissão de GEE**, garantindo a segurança alimentar de todos.



#3 Expandir a **produção sustentável de biocombustíveis, promover a inovação tecnológica e desenvolver cadeias de valor** relacionadas à bioenergia.



#4 Ampliar a participação das **tecnologias e fontes limpas e renováveis na matriz energética nacional**, garantindo a segurança e acessibilidade energética de todos.



#5 Incentivar a **substituição de combustíveis fósseis**, promovendo o desenvolvimento e uso eficiente de biocombustíveis sustentáveis, soluções de eletrificação e de hidrogênio de baixa emissão de carbono.



#6 Promover a **circularidade** por meio do uso sustentável e eficiente de recursos naturais e a eficiência energética ao longo das cadeias produtivas.



#7 Alavancar **soluções inovadoras e de baixo carbono na produção industrial nacional** e desenvolver tecnologias de captura, uso e armazenamento de carbono na produção industrial, bioenergética e nos setores de produção de combustíveis fósseis.



#8 Capacitar e incentivar entes subnacionais a adotarem um **desenvolvimento urbano integrado e sustentável**, bem como estratégias de enfrentamento à mudança do clima alinhadas às diretrizes nacionais.



#9 Gerar **empregos, renda e inclusão produtiva** em atividades econômicas relacionadas à descarbonização da economia e ao desenvolvimento sustentável, promovendo uma transição socioeconômica justa, inclusiva e sustentável.



#10 Transformar as vantagens comparativas brasileiras em **vantagens competitivas**, tornando o país um provedor de bens, serviços e soluções climáticas para um mundo em transição para modelos de desenvolvimento de baixo carbono.



#11 Empreender ações específicas para **mitigação de poluentes não-CO2** de alto impacto no aquecimento global.



#12 Priorizar medidas de mitigação com potencial de **geração de cobenefícios para adaptação e resiliência** à mudança do clima e para o desenvolvimento sustentável.

Estratégia Nacional de Mitigação

Metas Nacionais e Setoriais

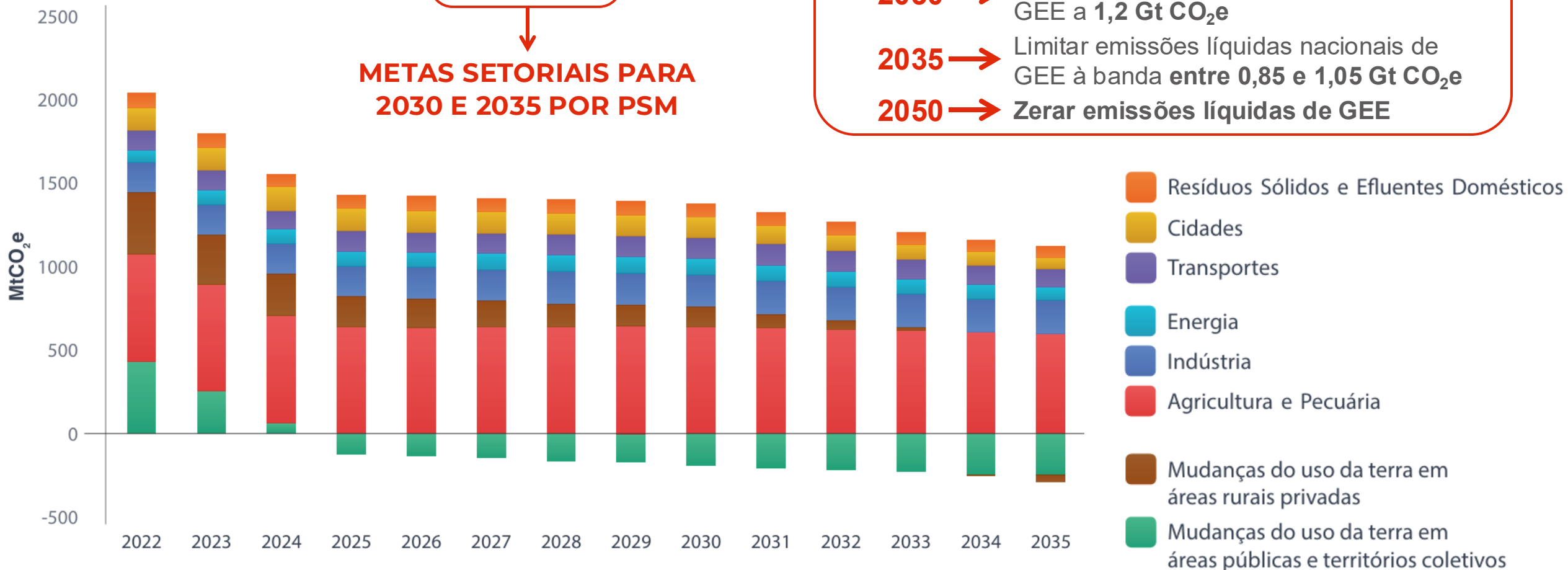


METAS NACIONAIS

desagregadas em

METAS SETORIAIS PARA 2030 E 2035 POR PSM

- 2025** → Limitar emissões líquidas nacionais de GEE a **1,32 Gt CO₂e**
- 2030** → Limitar emissões líquidas nacionais de GEE a **1,2 Gt CO₂e**
- 2035** → Limitar emissões líquidas nacionais de GEE à banda **entre 0,85 e 1,05 Gt CO₂e**
- 2050** → **Zerar emissões líquidas de GEE**



Plano Setorial de Mudanças do Uso da Terra em Áreas Públicas e Territórios Coletivos



Desagregação das Metas Setoriais

MUDANÇAS DO USO DA TERRA EM ÁREAS PÚBLICAS E TERRITÓRIOS COLETIVOS	Total em 2022 (MtCO ₂ e)	Meta 2030 (MtCO ₂ e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO ₂ e)		VARIÇÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
Supressão de vegetação nativa e conversão de uso e cobertura da terra	710	107	- 85%	46	48	- 94%	- 93%
Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Assentamentos da reforma agrária	294	107	- 85%	46	48	- 94%	- 93%
Glebas públicas - áreas públicas não destinadas	143						
Vazios de informação	273						
Manutenção da vegetação primária e recuperação da vegetação secundária, recuperação de pastagens e florestas comerciais ³	- 262	- 288	- 10%	- 296	- 296	- 13%	- 13%
Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Assentamentos da Reforma Agrária	- 233	- 288	- 10%	- 296	- 296	- 13%	- 13%
Glebas públicas - áreas públicas não destinadas	- 6						
Vazios de informação	- 23						
Total	448	- 181	- 140%	- 250	- 248	- 156%	- 155%

9 ações impactantes e 35 ações estruturantes

Zerar a taxa de desmatamento em áreas públicas de todos os biomas brasileiros até 2030

4,5 milhões de hectares de territórios indígenas delimitados até 2027

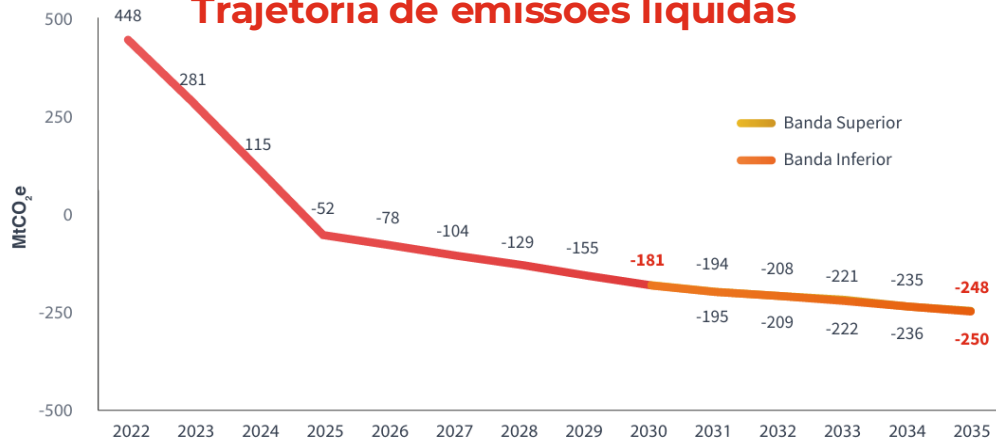
3,33 milhões de hectares de vegetação nativa em recuperação em terras públicas e territórios coletivos até 2035



4,3 milhões de hectares de unidades de conservação criadas entre 2023 e 2027

21 milhões de ha até 2027 e 19 milhões de ha até 2035

Trajetória de emissões líquidas



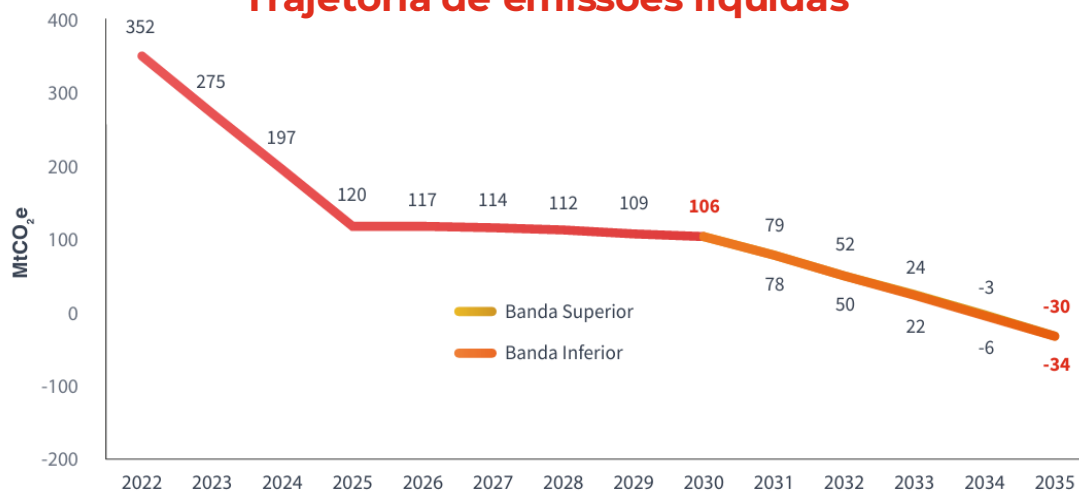
Plano Setorial de Mudanças do Uso da Terra em Áreas Rurais Privadas



Desagregação das Metas Setoriais

MUDANÇA DO USO DA TERRA EM ÁREAS RURAIS PRIVADAS	Total em 2022 (MtCO ₂ e)	Meta 2030 (MtCO ₂ e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO ₂ e)		VARIÇÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
Supressão de vegetação nativa e conversão de uso e cobertura da terra	459	326	- 29%	201	205	- 56%	- 55%
Manutenção da vegetação primária, recuperação da vegetação secundária, recuperação de pastagens, florestas comerciais e produtos florestais madeireiros ⁴	- 107	- 220	- 106%	- 235	- 235	- 119%	- 119%
Total	352	106	- 70%	- 34	- 30	- 110%	- 109%

Trajetória de emissões líquidas



9 ações impactantes e 26 ações estruturantes

Zerar a taxa de supressão de vegetação nativa não autorizada em áreas rurais privadas

Reduzir a taxa de supressão de vegetação nativa autorizada em 50% em 2030 e 75% até 2035 em relação a 2022



12,5 milhões de hectares em recuperação até 2035

Aumentar em 4,25 milhões de hectares a área de florestas plantadas até 2035

Reduzir área incendiada de vegetação nativa em áreas rurais privadas em 50% até 2030 e 75% até 2035 em relação à média histórica

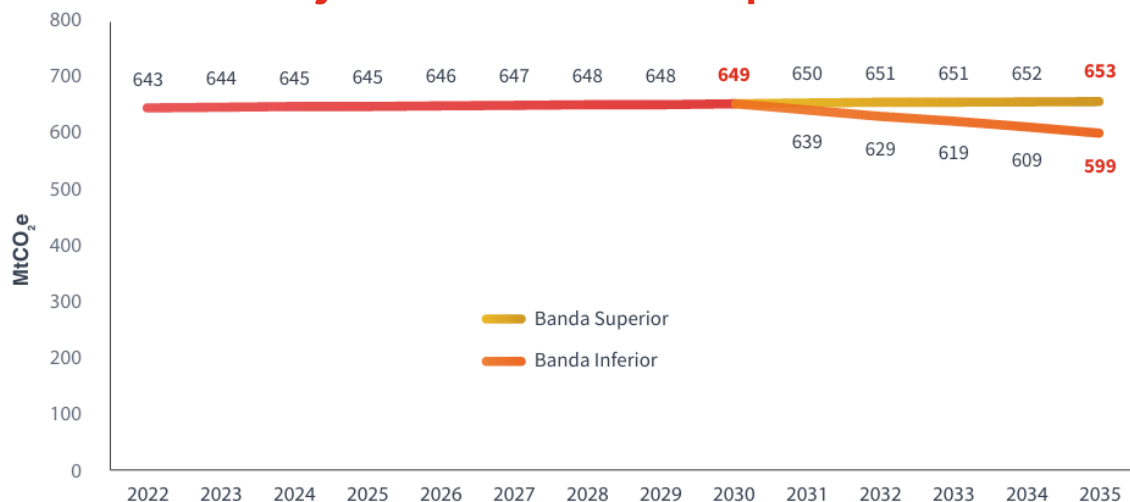
Plano Setorial de Agricultura e Pecuária



Desagregação das Metas Setoriais

AGRICULTURA E PECUÁRIA	Total em 2022 (MtCO ₂ e)	Meta 2030 (MtCO ₂ e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO ₂ e)		VARIÇÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
Fermentação Entérica	404						
Manejo Dejetos Animais	29						
Cultivo de arroz	12	628	1%	582	634	-6%	2%
Solos manejados	145						
Calagem	27						
Aplicação de ureia	5						
Queima de combustíveis	21	21	0%	17	19	-19%	-10%
Total	643	649	1%	599	653	-7%	2%

Trajетória de emissões líquidas

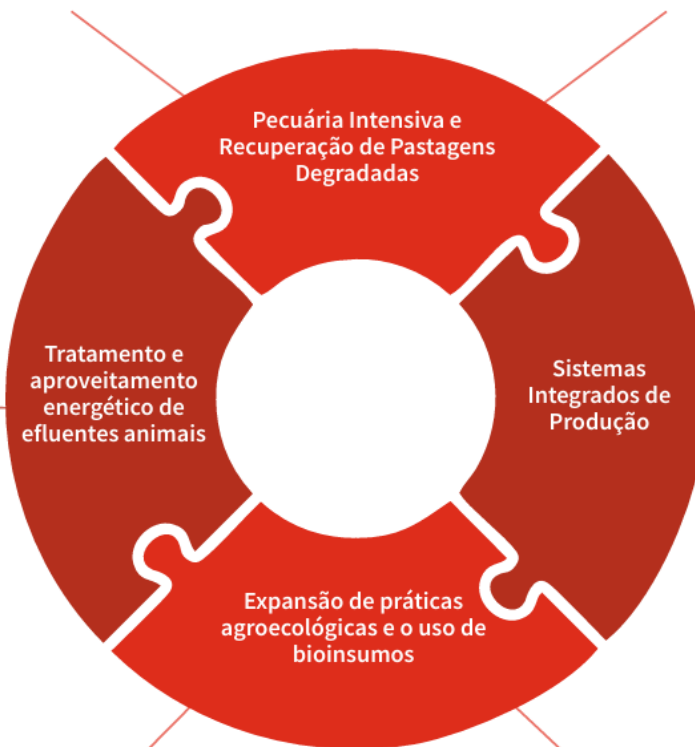


16 ações impactantes e 26 ações estruturantes

Aumentar em 30 milhões de hectares a área de pastagens recuperadas até 2035

Aumentar em 29,1 milhões de bovinos abatidos/ano com até 36 meses (em unidades) até 2035

Ampliar o tratamento de dejetos animais em 228 milhões de m3



Ampliar em 20,3 milhões de hectares a área com Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e Sistemas Agroflorestais (SAF) até 2035.

Alcançar uma área total de cultivo com 250 mil hectares os cultivos de macroalgas para utilização como bioinsumos

Ampliar em 15 milhões de hectares a área com uso de bioinsumos até 2035

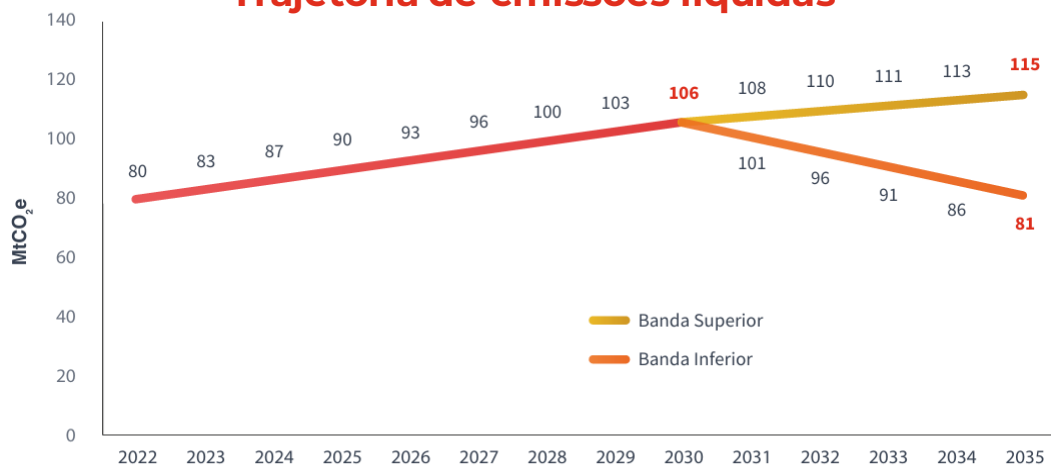
Plano Setorial de Energia



Desagregação das Metas Setoriais

ENERGIA Produção de energia	Total em 2022 (MtCO ₂ e)	Meta 2030 (MtCO ₂ e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO ₂ e)		VARIÇÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
Produção de eletricidade e calor	24						
Refino de petróleo	13						
Produção de combustíveis sólidos e outras indústrias de energia	18	106	33%	108	123	35%	54%
Gasodutos	2						
Emissões fugitivas (mineração/manejo de carvão)	2						
Emissões fugitivas (petróleo e gás natural)	21						
Remoções	0	0	0%	- 27	- 8		
Total	80	106	33%	81	115	1%	44%

Trajetória de emissões líquidas



9 ações impactantes e 17 ações estruturantes



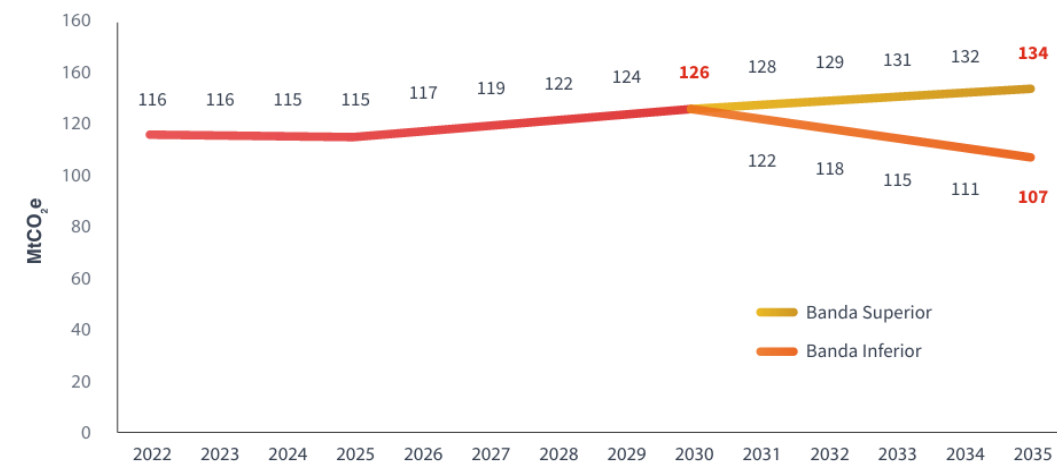
Plano Setorial de Transportes



Desagregação das Metas Setoriais

TRANSPORTES	Total em 2022 (MtCO ₂ e)		Meta 2030 (MtCO ₂ e)		Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO ₂ e)		VARIÇÃO 2035/2022 (%)	
						Inferior	Superior	Inferior	Superior
Caminhões médios	12		9			6	8		
Caminhões semipesados	32	89	32	88	-1%	25	73	-18%	0%
Caminhões pesados	45		47			42	51		
Ônibus rodoviário		11		16	44%		9		16
Transporte ferroviário		3		4	37%		4		5
Navegação doméstica		4		4	8%		4		5
Aviação doméstica		9		14	56%		17		19
Total	116	116	126	126	9%	107	134	-8%	16%

Trajatória de emissões líquidas



8 ações impactantes e 17 ações estruturantes

Migrar o volume de carga rodoviária para a ferroviária em 31,5 bi TKU em 2030 e 38 bi TKU em 2035.

Aumentos percentuais de uso de combustíveis de baixa emissão na navegação doméstica para 6% em 2030 e 28% em 2035

Aumentos percentuais de uso de SAF em voos domésticos para 3% em 2030, 8% em 2035

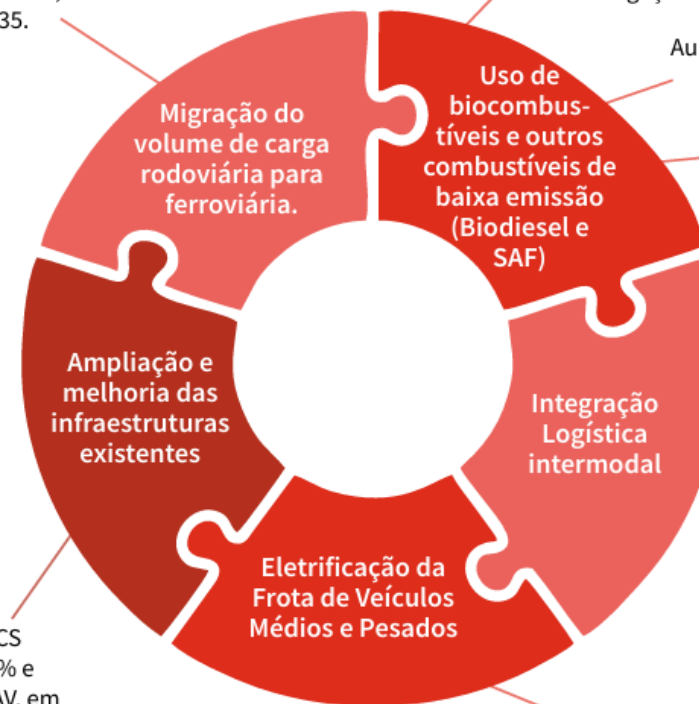
20% de adição de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final até 2030 e 25% até 2035.

Aumentos percentuais de uso de Diesel Verde no setor para 2% até 2030 e 3% até 2035

Aumentar a participação do modo aquaviário na matriz de transporte de carga para 15% em 2030 e 18% em 2035

Aumentos percentuais de veículos médios e pesados elétricos no setor para 6% em 2030 e 11% em 2035

Aumentar o ICS médio em 10% e em 5% o IDPAV, em comparação a 2024.



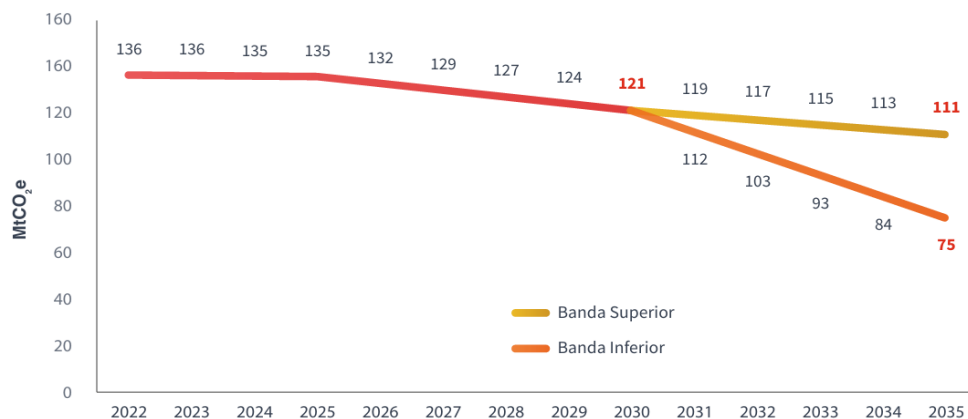
Plano Setorial de Cidades



Desagregação das Metas Setoriais

CIDADES	Total em 2022 (MtCO ₂ e)	Meta 2030 (MtCO ₂ e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO ₂ e)		VARIACÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
Automóveis	69	68		44	65		
Motocicletas	5	5		4	5		
Ônibus urbano e micro-ônibus	14	15	-1%	3	14	-42%	-6%
Caminhões leves	12	12		7	11		
Edificações (residenciais)	27						
Edificações (comerc. e instit.)	3	19	-37%	18	18	-42%	-41%
Assentamentos (líquido)	6	3	-50%	0	0	-100%	-100%
Total	136	121	-11%	75	111	-45%	-18%

Trajetória de emissões líquidas



9 ações impactantes e 31 ações estruturantes

Reduzir em 25% (2030) e 50% (2035) a participação da gasolina no abastecimento de veículos leves

Atingir, no mínimo, 34,5% (2030) e 37% (2035) de participação dos modos ativos e 33,5% (2030) e 36% (2035) de participação do transporte público na matriz modal nacional

Aumento de cobertura vegetal urbana (90 mil ha em 2030 e 180 mil ha em 2035) e reduzir a área convertida para assentamentos em 40% (2030) e 50% (2035)

Participação na frota alocada para o TPC de, no mínimo, 35% dos veículos movidos a energias renováveis até 2035

Alcançar 19% (2030) e 38% da frota pública de veículos de serviços essenciais movidos por combustíveis de baixa ou zero emissão

Apoiar a construção de 470 mil unidades habitacionais no MCMV até 2030 e 3 milhões até 2035 com sistemas construtivos que reduzam emissões de CO₂ e a geração de resíduos

Reduzir o tempo médio gasto de deslocamento em grandes cidades em 5% (2030) e 20% (2035)



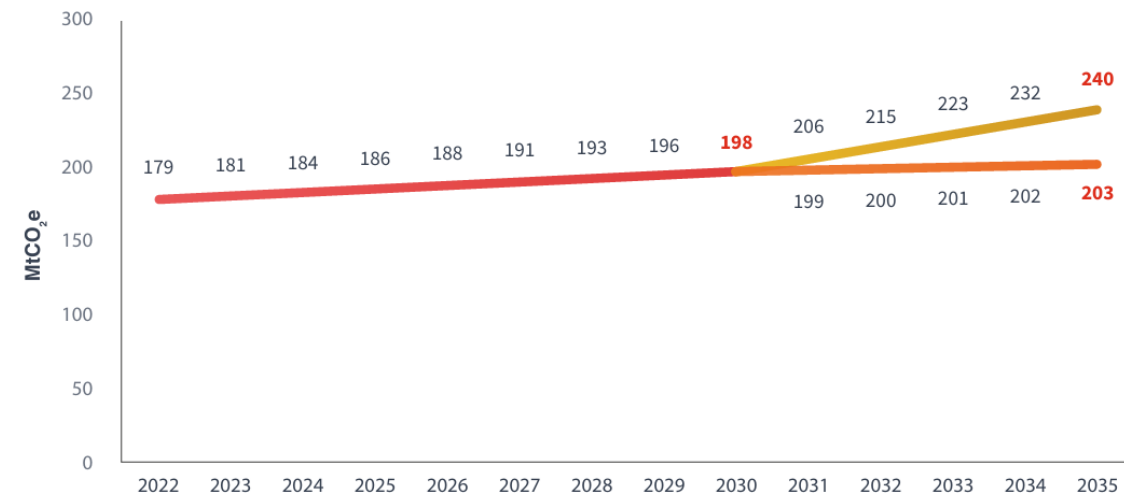
Plano Setorial da Indústria



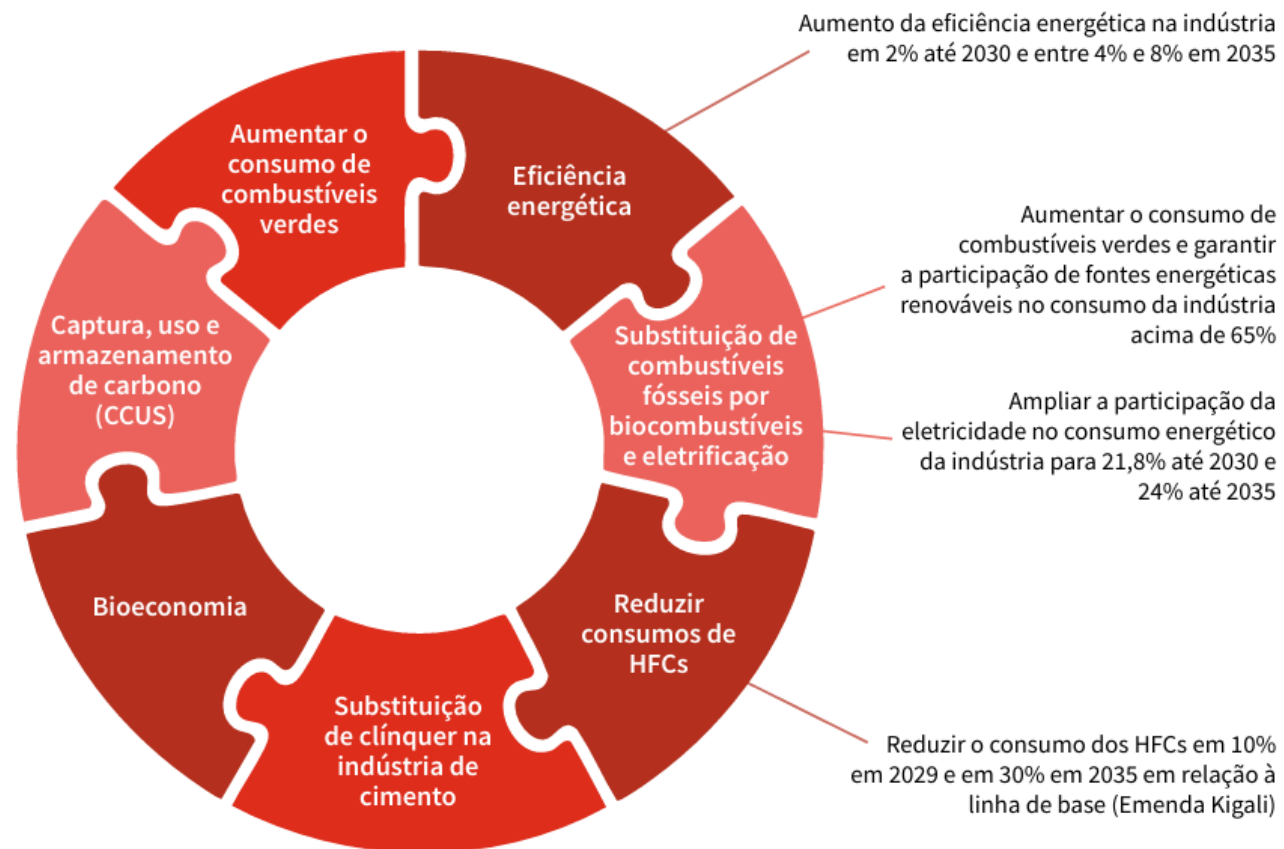
Desagregação das Metas Setoriais

INDÚSTRIA	Total em 2022 (MtCO ₂ e)	Meta 2030 (MtCO ₂ e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO ₂ e)		VARIÇÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
IPPU	102	120	18%	125	143	23%	40%
Queima de Combustíveis ⁵	71	73	3%	73	93	3%	31%
Águas Residuárias Industriais	6	5	-17%	5	4	-17%	-33%
Total	179	198	11%	203	240	13%	34%

Trajetória de emissões líquidas



5 ações impactantes e 12 ações estruturantes



Plano Setorial de Resíduos Sólidos e Efluentes Domésticos

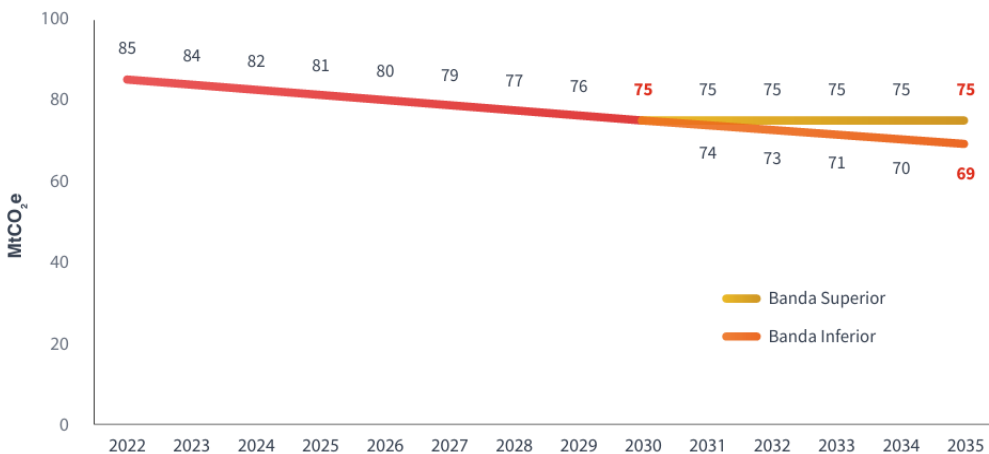


Desagregação das Metas Setoriais

RESÍDUOS SÓLIDOS E AFLUENTES DOMÉSTICOS	Total em 2022 (MtCO ₂ e)	Meta 2030 (MtCO ₂ e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO ₂ e)		VARIÇÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
Disposição de resíduos sólidos (locais manejados)	44						
Disposição de resíduos sólidos (locais não-categorizados)	10	49	- 11%	45	49	- 18%	- 11%
Tratamento biológico de resíduos sólidos	0						
Incineração	1						
Águas residuárias domésticas	30	26	- 13%	24	26	- 20%	- 13%
Total	85	75	- 12%	69	75	- 19%	- 12%

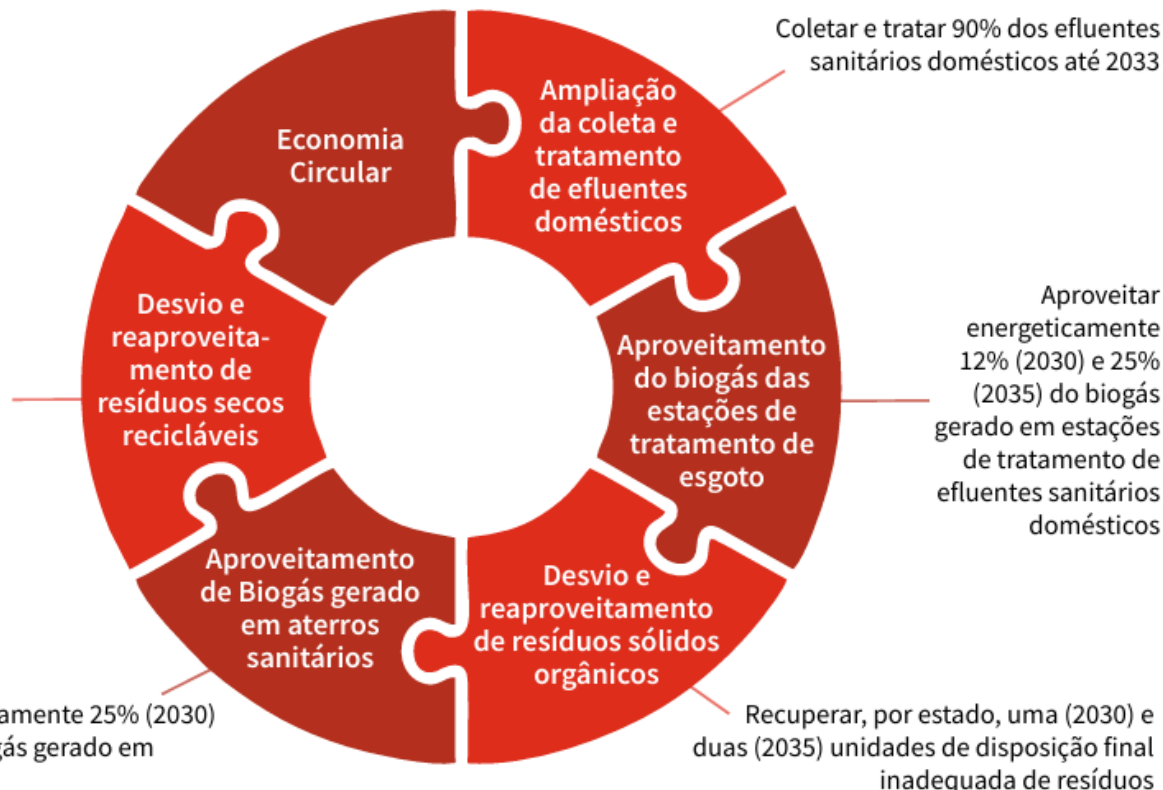
5 ações impactantes e 20 ações estruturantes

Trajetória de emissões líquidas



Reduzir em 25% (2030) e 35% (2035) a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para unidades de disposição final

Aproveitar energeticamente 25% (2030) e 45% (2035) do biogás gerado em aterros sanitários





**PLANO
CLIMA** |
Tranversais

Processo de construção das Estratégias Transversais para Ação Climática pelos GTs do CIM





Estratégia Transversal de Transição Justa e Justiça Climática



Objetivo geral:

Orientar a implementação do Plano Clima estimulando a promoção da transição justa e da justiça climática para a construção de uma sociedade mais sustentável e equitativa.



Estrutura da ETTJ:

Introdução

Parte 1: Desafios Econômicos, Sociais e Ambientais da Transição Justa e Justiça Climática

Parte 2: Objetivos Nacionais e Diretrizes de Transição Justa e Justiça Climática



Estratégia Transversal de Transição Justa e Justiça Climática



Desenvolvimento Sustentável

Princípio orientador geral do Plano Clima, servindo como base normativa e valorativa. Prescreve a integração das dimensões social, ambiental e econômica nas políticas climáticas.



Justiça Climática

Princípio orientador específico do Plano Clima, a fim de reconhecer as desigualdades estruturais e históricas. Reforça a necessidade de considerar as vulnerabilidades e responsabilidades diferenciadas.



Transição Justa

Princípio voltado à ação, que orienta o caminho de implementação intersetorial do Plano Clima. Deve ser incorporado em todas as ações do plano, guiando a execução de políticas com equidade e inclusão.

Objetivos Nacionais

1. Integridade socioambiental;
2. Mercado de trabalho;
3. Sistemas alimentares;
4. Desigualdades regionais e territoriais;
5. Sistemas energéticos inclusivos;
6. Gestão do saneamento;
7. Cidades sustentáveis, resilientes e inclusivas;
8. Transformação industrial;
9. Transportes resilientes, sustentáveis e de baixa emissão;
10. Diálogo e participação social; e
11. Proteção social e financiamento justo e inclusivo.



Estratégia Transversal Mulheres e Clima



Objetivo geral:

Incorporar a perspectiva de gênero na política climática brasileira, favorecendo que as ações de mitigação e adaptação do Plano Clima também promovam a igualdade de gênero e fortaleçam os direitos das mulheres.



Estrutura da ETMC:

Introdução

1. Contexto

2. Análise dos principais riscos e vulnerabilidades

3. Objetivos Nacionais e Diretrizes da ETMC

4. Plano de Ação

5. Governança, monitoramento e avaliação

6. Considerações gerais



Estratégia Transversal Mulheres e Clima



Objetivos Nacionais

#1



Fortalecer a autonomia econômica das mulheres frente à mudança do clima.

#2



Garantir o acesso a recursos naturais e produtivos e promover o acesso à terra e ao território, bem como à segurança alimentar e hídrica.

#3



Prevenir e enfrentar as violências de gênero no contexto da mudança do clima.

#4



Garantir a participação plena, paritária e efetiva das mulheres nos espaços de poder e decisão.

#5



Ampliar e fortalecer políticas e serviços públicos voltados às mulheres no contexto da mudança do clima.

#6



Fortalecer o acesso, o protagonismo e a capacidade de mulheres, especialmente de comunidades locais e indígenas, no financiamento climático.



Estratégia Transversal de Meios de Implementação



Objetivo geral:

Apresentar o contexto, os instrumentos financeiros disponíveis, diretrizes, recomendações e temas prioritários para o avanço da agenda de financiamento climático no Brasil, com especial ênfase nos meios de implementação para viabilizar as ações setoriais prioritárias do Plano Clima.



Estrutura da ETMI:

1. Introdução
2. Meios de implementação e o contexto do financiamento climático nas esferas nacional e internacional
3. Diretrizes e recomendações
4. Temas prioritários na agenda de meios de implementação
5. Meios de implementação e alinhamento com as metas setoriais do Plano Clima
6. Monitoramento e governança para gestão da Estratégia



Estratégia Transversal de Meios de Implementação



Identificação de contexto setorial, meios de implementação e ações prioritárias do Plano Clima, principais barreiras para o acesso a financiamento climático e recomendações e diretrizes para ampliação do acesso a recursos, a partir de 5 temas prioritários:



Restauração da vegetação nativa



Agricultura e pecuária de baixo carbono e sistemas alimentares sustentáveis



Descarbonização na produção e no uso de Energia e de Processos Industriais



Adaptação e ampliação da resiliência em cidades



Incentivos econômicos para redução da supressão autorizada de vegetação nativa



Estratégia Transversal de Educação, Capacitação, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação



Objetivo geral:

Consolidar a transição ecológica também como um processo educador, científico e social, promovendo que o conhecimento produzido e aplicado alcance os territórios e as pessoas onde a adaptação e a mitigação se concretizam.



Estrutura da ET-ECAPI:

1. **Introdução** (Contextualização sobre o tema; e Benchmarking nacional e internacional)
2. **Diagnóstico** (Diagnóstico do cenário nacional, identificação de lacunas e oportunidades)
3. **Plano Estratégico** (Conjunto de objetivos, ações, metas, indicadores, coordenadores e instituições identificadas como atores-chaves para apoiar a implementação das ações por eixo da ET-ECAPI)



Estratégia Transversal de Educação, Capacitação, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação



Educação formal

Atividades educacionais realizadas por instituições de ensino estruturadas formalmente. Busca fortalecer a governança e equidade territorial nos sistemas educacionais.



Educação não-formal

Atividades educativas que valorizam saberes tradicionais, territoriais e ancestrais, bem como práticas comunitárias de educação ambiental, justiça climática e cidadania ativa.



Formação profissional e tecnológica

Abrange a educação profissional, tecnológica e a qualificação de atores na economia formal e informal, desenvolvendo competências verdes em setores estratégicos para a transição justa e ecológica.



Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Articula e fomenta ações de ciência, tecnologia e inovação voltadas à mudança climática. Fortalece a infraestrutura científica, a geração de dados climáticos, o desenvolvimento de tecnologias verdes e a integração de saberes.



Conscientização sobre a mudança climática e combate à desinformação

Ações de comunicação e educação pública voltadas à disseminação de informações climáticas confiáveis e ao enfrentamento da desinformação. Fortalece o engajamento social e a confiança pública na ciência e nas ações do Plano Clima.



Estratégia Transversal de Monitoramento, Gestão, Avaliação e Transparência



Objetivo geral:

Estabelecer um sistema integrado, adaptativo e transparente de monitoramento, gestão e avaliação para acompanhar a implementação do Plano Clima, promovendo coerência intersetorial, justiça climática e maior efetividade das ações de adaptação e mitigação frente à emergência climática global.



Estrutura da ET-MGAT:

- **Seção 1:** traz os **objetivos, a gestão e governança, as modalidades e os procedimentos**, com orientações técnicas, de como serão realizados os ciclos de Monitoramento, Avaliação e Atualização do Plano Clima.
- **Seção 2:** Detalha os **elementos do Plano Clima que serão monitorados e avaliados** sistematizados em formato de quadros e tabelas. Além disso, apresenta elementos de operacionalização dos ciclos de Monitoramento, Avaliação e Atualização do Plano Clima.





Estratégia Transversal de Monitoramento, Gestão, Avaliação e Transparência



Seção 1: Objetivos, gestão e governança, modalidades e procedimentos dos ciclos



Monitoramento Anual

Monitoramento, autoavaliação e revisão das ações do Plano Clima, executado pelos Ministérios Setoriais.



Avaliação de Impacto Bienal

Processo de avaliação das metas e objetivos nacionais do Plano Clima, pactuado pelas instâncias do CIM, com propostas das Câmaras.



Atualização Quadrienal

Atualização do Plano Clima realizado com instâncias do CIM, ensejado a partir de outros documentos de governo.

Seção 2: Detalhamento dos elementos a serem monitorados e avaliados e operacionalização





Quer saber mais sobre o Plano Clima 2024-2035?
Acesse todos os documentos do Plano Clima aqui:



CASA CIVIL

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO